



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE MIRA, REALIZADA NO DIA 30 DE
ABRIL DE 2001:-----**

----- Aos 30 dias do mês de Abril do ano de dois mil e um, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Ex.mo Senhor Eng. João Manuel Domingues Moreira Prina, secretariado pela Sr.ª D. Maria Elzita de Miranda Seixas e Dr.ª Ana Maria Baião Seabra Ramos, respectivamente 1ª e 2ª secretárias, com a presença dos Senhores deputados Exm.ºs Srs. Carlos Manuel Brites Monteiro, Ramiro Távora da Cruz Acena, Narciso Patrão António, Manuel Vitor Almeida Aveiro, Eugénio dos Santos Leigo, Silvério da Rocha Monteiro, Ana Margarida dos Santos Mesquita, João Maria dos Santos Palmela, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, José Manuel Fernandes Balugas, José Zacarias Pires Nabais, Maria Adelaide Rocha Aveiro Camarinha, Maria Arminda Santos Cosme Calisto Pimentel, Juan António Figueiredo Apolinário, Rui Sérgio Amorim Cupido, Fernando Manuel dos Santos Alves, Luís Carlos Domingues Balseiro, Artur Jorge Ribeiro Fresco e Gabriel Miranda de Pinho, não tendo comparecido os Srs. Deputados Jorge Manuel Mesquita Rua, Pedro Nunes e Dr. Luís Manuel Neves Rocha. -----

----- HORA DE ABERTURA: -----

----- Eram catorze horas e cinquenta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia, com as presenças e ausências anteriormente referidas.-----

----- O Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia antes de dar início à presente sessão da Assembleia Municipal, informou que lhe fora transmitido pelo Sr Vice Presidente que o Sr Presidente da Câmara se encontra indisposto e que não poderá estar presente nesta Assembleia pelo que o Sr Vice Presidente assumirá a sua substituição. -----

----- Foi-lhe também pedido pelo Sr Vice Presidente que fosse incluído mais um ponto na ordem de trabalhos. De seguida, submeteu à aceitação da Assembleia Municipal a introdução do referido ponto na Ordem de Trabalhos, o qual passaria a ser o ponto número catorze e seria intitulado VENDA DE LOTES



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

DE TERRENO DO PLANO DE PORMENOR DO SECTOR POENTE DE CARROMEU. Não havendo pedidos de esclarecimento, foi a introdução do ponto número catorze sujeito a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS:-----

----- Foi presente um pedido de justificação de falta do senhor deputado Jorge Manuel Mesquita Rua, à presente sessão da Assembleia Municipal de Mira, o qual foi aceite e justificada a respectiva falta pela Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista no nº5 do art.º 46º do Dec. Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

----- APROVAÇÃO DE ACTA DE SESSÃO ANTERIOR:-----

----- Pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia foi posta à aprovação a acta da sessão ordinária realizada no dia 28 de Fevereiro de 2001.-----

----- Não havendo intervenções foi a mesma aprovada por maioria, com duas abstenções dos senhores deputados Maria Adelaide Rocha Aveiro Camarinha e Rui Sérgio Amorim Cupido, que declararam ter-se absterido por não terem estado presentes na sessão a que a acta se reporta.-----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- O Senhor Presidente da mesa da Assembleia deu por aberto o período de antes da ordem do dia, tendo dado a palavra ao Senhor Deputado Eugénio dos Santos Leigo que disse que já algum tempo se vem verificando na Praia de Mira a existência de cães vadios que vêm atacando as pessoas principalmente os pescadores que vão de madrugada para a pesca. Desta situação já foi avisada a Câmara e o Sr Veterinário, pela GNR, mas ainda não há solução, ainda não se fez o respectivo canil. Perguntou ainda o que se passa com a Valeira do Zé do Padre com as carradas de areia que de lá saem no Miroásis. Falou pela terceira vez do estacionamento de carros num silvado existente entre o Parque de Campismo e a Casa Florestal. Referiu novamente a falta de postes de luz entre a Obra do Frei Gil e o Beco das Flores.

----- De seguida usou da palavra o senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que começou por felicitar o Grupo Desportivo Ala-Arriba pelo êxito alcançado, por ter subido à III Divisão Nacional de Futebol. Falou da Escola do 1º Ciclo de Mira que está em reconstrução e que a mesma não vai servir



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tantos alunos. Estes vão ter que ser distribuídos pela Escola Branca e 2º ciclo. Acha que se perdeu uma boa oportunidade de ter uma escola nova com perspectiva de futuro. A seguir pediu uma listagem com o nome das entidades a quem foi atribuído subsídio e qual foi o critério de distribuição dos mesmos. Perguntou porque é que o Grupo Folclórico de Portomar teve um subsídio de trezentos contos e um Clube de Pesca teve um subsídio de quinhentos contos. -----

----- O senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho interveio de seguida, começando por referir a ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que gostaria que todos os pontos que iria falar ficassem em acta bem gravados e bem vinculados e que depois passaria um documento para anexar com tudo o que iria dizer, documento esse que passa a ser transcrito: - *“Senhor Presidente, gostei muito do seu discurso do 25 de Abril. Como gostei imenso dos poemas lidos pela sua esposa, porque sou um apaixonado pelo 25 de Abril de 1974. Andava na altura na pesca do bacalhau, pois o meu pai não queria que eu fosse de modo algum para a guerra do ultramar, porque já lá trazia outro filho. Fui sempre um defensor dos direitos humanos, mesmo antes do 25 de Abril e quando havia rendivicações a fazer eu e o Jô Leigo era-mos sempre os homens da linha da frente. Senhor Presidente como comecei, gostei imenso do seu discurso só lamento é que as suas obras não correspondam às suas palavras. Dizia o Senhor no seu discurso eu o 25 de Abril trouxe-nos a liberdade e veio para que se respeitassem as minorias e para que se respeitassem as instituições. Até aí estamos de acordo, só que o Senhor não age de acordo com o que diz. Como exemplo passo a citar algumas situações: - Faz precisamente 6 anos este mês que o Senhor marcou uma reunião com todos elementos da Junta e Assembleia da Junta de Carapelhos, às onze da manhã de um belo Domingo de sol, na sede da mesma Junta e o senhor nem um telefonema, nem um pedido de desculpas! Até hoje... Porque era mais importante dar ouvidos ao Senhor Amândio Ferreira e sua Comissão – Varandas de São Bento duque tratar dos problemas da Junta de Freguesia com os seus elementos. Mas até esses o Senhor deixou no pau da roupa ... promessas muitas! Obras ... Zero e famílias ao barulho muitas. – Veja quantos ofícios a Junta de Freguesia de Carapelhos lhe enviou para marcar reuniões afim de tratar assuntos da freguesia e de à 6 anos para cá nunca nos recebeu. Há um ano atrás marcou-nos uma reunião para as dez e meia da manhã, o seu Secretário foi-*



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nos entretendo, dizendo-nos que o Senhor estava a chegar. Entretanto passou-nos para o gabinete do Dr. Paulino, juntamente com o Senhor vereador Caiado. Tivemos que desistir da reunião sem que o Senhor tivesse aparecido, não dando qualquer desculpa. O assunto mais importante dessa reunião era o problema da água nas instalações da junta escolas e posto médico, que deu o problema que todos nós sabemos. Depois disso, continuamos a mandar ofícios a pedir reuniões, marcou-me o Senhor por escrito uma reunião para a véspera de carnaval, onde dizia que essa reunião seria presidida pelo Senhor Vereador Carlos Caiado, o Vereador do Pelouro. A Junta de Freguesia mandou outro ofício a pedir nova reunião, pois pretende que os assuntos sejam tratados directamente com o Senhor Presidente da Câmara. Então é esta a sua democracia? Este é que é o seu 25 de Abril? Este é que é o respeito pelas instituições? E a discriminação no que toca às estradas da freguesia? Continuam as pessoas a viver na lama e nos buracos? Mas os acessos às casas particulares o Senhor continua a mandá-los fazer. As manilhas junto aos terrenos dos seus amigos, o Senhor continua a mandá-las colocar. As carradas de tout-venant para particulares, continuam a sair... Vejamos o critério de distribuição do dinheiro por freguesias: Mira é do PS... 9 800 000\$00; Praia é PS... 9 361 133\$00; Seixo é PSD... 790 950\$00; Carapelhos Idem... 500.000\$00. E a política de protocolos!... os jornais regionais não param de anunciar protocolos assinados pela Câmara com as diversas Associações do Concelho. Sendo a maior parte com comissões de melhoramentos e associações afectas ao PS. Com as Associações da Freguesia de Carapelhos ainda não vi um único protocolo assinado. Não sei se mais um ano vão ficar no esquecimento? Segundo fontes bem informadas, na assinatura de um protocolo, onde o presidente não é do PS, este chamou a sua atenção achando pouco dinheiro para a instituição que dirige, comparando com outras associações do género. O Senhor teve o seguinte desabafo: “- Nem sei se recebes esse”. Num outro dia de assinatura de protocolos, alguém com responsabilidades dentro desta Câmara, dirigiu-se ao senhor presidente e disse-lhe o seguinte: - temos a Câmara tão endividada e não temos cabimento orçamental e continua a assinar protocolos? O Senhor respondeu: - não tenham problemas...-----.... Ora acabando eu de ouvir o poema lido pela sua esposa e escrito por uma criança, onde dizia o 25 de Abril é bom êi-de fazer do cravo o meu símbolo, mas cuidado que a seguir ao 25 de Abril vão aparecer homens que para



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

conquistar o poder ou para se manter no mesmo, vão prometer o possível e o impossível. No meu entender e no poema escrito por essa criança após o 25 de Abril, e com a postura do Senhor Presidente, com um discurso bonito em palavras e as obras a não corresponderem à realidade, o poema dessa criança assenta-lhe como uma rosa,...mas não como um cravo. O Senhor Presidente da República eleito por 25 % dos portugueses, recebe críticas de toda a oposição, mas qualquer dirigente partidário que lhe peça uma audiência, ele não tarda em lha dar porque como ele diz, é o presidente de todos os portugueses. O mesmo se passa com o nosso primeiro ministro, é criticado mas nunca ouvi dizer que ele deixasse de receber a qualquer cidadão que fosse. Só aqui em Mira é que a oposição não tem direito a criticar. Olhe Senhor Presidente os governantes do antigo regime também assim eram, mas com um agravante, valha-nos isso. Obrigavam as pessoas a manterem-se caladas e quando não se calavam metiam-nas na cadeia. Aqui do meu lado, pelo que me toca, é só o que me falta... Haja democracia e viva o 25 de Abril!...

Seguidamente o Senhor Deputado dirigiu-se ao Senhor Vice Presidente e questionou-o porque é que todas as estradas do concelho nomeadamente a parte sul levaram tapete e nos Carapelhos só a rua de S. Bento é que levou. Todas as outras estão intransitáveis ao que perguntou se serão para levar tapete; perguntou ainda para quando está prevista a venda dos lotes ou a dádiva do núcleo do Mira-Villas frente ao Cemitério; perguntou para quando está previsto o arranque da Zona Industrial para as pessoas poderem começar a fazer as suas obras; o senhor deputado perguntou ainda quantos pesos e quantas medidas tem a Câmara Municipal para fazer cumprir o regulamento de construção na Zona Industrial. Segundo ouviu dizer deveria-se guardar 35 metros da estrada até à construção, mas vê-se a antiga Vidroalu que construiu a menos de 20 metros, por isso gostaria de saber porque é que o Regulamento não é cumprido por todos. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho que lhe fizesse chegar o documento que tinha referido no início da sua intervenção para ser anexo à acta. Seguidamente exigiu ao senhor deputado que lhe fizesse chegar uma listagem devidamente formalizada com o nome dos particulares que receberam materiais da Câmara Municipal e as condições em que isso foi feito, para o senhor presidente da assembleia poder pedir explicações à Câmara



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal. De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente. -----

----- O Senhor Vice Presidente cumprimentou os senhores deputados e começou por responder ao senhor deputado Eugénio Leigo referindo-se à questão dos cães vadios. Disse que a Câmara Municipal tentou a desafecção de um terreno junto ao Casal de S.Tomé para a construção de um canil, não obtendo essa desafecção, estando a desenvolver esforços para que seja construído um canil municipal, construção essa prevista no terreno adjacente à ETAR da Lagoa. O Senhor Vice Presidente disse que todas estas comunicações têm sido feitas pela GNR ou pela Câmara Municipal ao Veterinário Municipal, mas é de compreender que ele sem condições pouco ou nada possa fazer. Como se sabe não se pode abater os animais de qualquer maneira; disse ainda que como é óbvio, as autoridades, quer as policiais quer a fiscalização municipal, relativamente aos cães, que têm dono e que continuam meio abandonados e perturbam a ordem pública e os transeuntes, neste caso podem e devem actuar sobre os seus proprietários. De seguida o Senhor Vice Presidente referiu-se à extracção de areia na Valeira do Zé do Padre e disse que é o único sítio onde a Câmara Municipal está autorizada a tirar areia, lembrou ao senhor deputado Eugénio Leigo que a Valeira do Zé do Padre se situa na Estrada Florestal n.º1 e não no Miroásis. Quanto ao que está a acontecer na Valeira situada no Miroásis, disse que a Câmara Municipal já tem conhecimento e tem pedido à fiscalização para dar informações do que realmente se passa. Em relação às silvas junto ao Parque de Campismo foi dito pelo Senhor Vice Presidente que a Câmara Municipal tem limpo a zona envolvente ao Parque de Campismo quando faz a limpeza interior do Parque. Quanto à zona da antiga Quinta do Guarda Florestal e aos Viveiros, são terrenos da Direcção Regional de Agricultura e só eles é que podem e devem fazer as limpezas e não terem os terrenos assim como estão. Relativamente aos pontos de luz foi dito pelo Senhor Vice Presidente que está a ser feito pelos serviços responsáveis um levantamento de novos pontos de luz e reparação dos existentes, para ser feita a extensão de rede e melhoramento da que já existe. Em resposta ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que falou de Escola de 1.º Ciclo que está em construção, o Senhor Vice Presidente disse que a Escola Beira Litoral já anda para ser remodelada há alguns anos e o projecto já estava feito. A



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal teve alguns problemas com a Direcção Regional de Educação do Centro devido ao espaço existente que não dava para construir aquelas salas se não houvesse agrupamento, ou seja, não havia área. Depois todo o recreio foi ocupado com esta construção e, portanto como o projecto estava feito, e como não é muito aconselhável que haja, para alunos do 1.º Ciclo, salas no 1.º andar, foi feito o projecto à medida das necessidades da altura, tendo em atenção que as Escolas Velhas, não deverão ser desactivadas; devem ser sim recuperadas, para um eventual centro de recursos para o agrupamento. Disse ser evidente que as crianças não se vão espalhar tanto como o senhor deputado tinha dito, porque são seis turmas do 1.º Ciclo e na parte da Beira Litoral vão ser recuperadas duas salas e feitas duas de novo, o que quer dizer, mesmo não havendo desdobramento de horário, ficam só duas turmas que também não têm necessidade de ir para o edifício branco, ou seja, por isso é que se constituiu um agrupamento de escolas de Mira, um agrupamento vertical e portanto o edifício do 2.º Ciclo pode muito bem, em último recurso, comportar essas duas turmas, pois há que rentabilizar o espaço existente. A Escola do 2.º ciclo neste momento tem uma capacidade maior do que aquela que comporta. Quanto aos protocolos o Senhor Vice Presidente não vê inconveniente nenhum na cedência dessa listagem solicitada pelo Senhor Deputado, e informou o Dr.º Paulino para que cedesse essa listagens de protocolos. Em resposta ao senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho o Senhor Vice Presidente prescindiu de comentar o que foi dito em relação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Relativamente às estradas o Senhor Vice Presidente disse que algumas estradas dos Carapelhos irão levar tapete. O Senhor Vice Presidente esclareceu o senhor deputado que não se tratava de um núcleo do Mira-Villas mas sim do Loteamento da Videira Norte, e disse que era intenção da Câmara Municipal que tivesse vindo a esta Assembleia Municipal o Regulamento da Venda a Custos Controlados do Loteamento da Videira Norte, mas que isso não tinha sido possível por variadíssimas razões mas que virá na próxima Assembleia Municipal para aprovação da venda dos lotes unifamiliares; o Senhor Vice Presidente disse ainda que está a decorrer o concurso para adjudicação da construção da habitação multifamiliar, que deverá começar rapidamente. Relativamente ao Polo II da Zona Industrial o Senhor Vice Presidente disse que as candidaturas já tinham sido feitas e aprovadas e que vinha a esta Assembleia Municipal para ser aprovado a venda do terreno



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

destinado à instalação e funcionamento da Zona Industrial de Mira Pólo II para depois se poderem começar a fazer as escrituras, para que os adquirentes possam começar a construir e a montar as suas empresas. Relativamente à questão do Vidroalu o Senhor Vice Presidente disse que a Câmara Municipal já tinha conhecimento de que o regulamento de construção não estava a ser cumprido e que já tinha sido embargada a obra. O Senhor Vice Presidente disse que esperava ter respondido a tudo se tal não tivesse acontecido agradecia que lho dissessem.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Vítor de Almeida Aveiro que quis agradecer e dizer à Câmara Municipal que está muito contente e muito feliz pelos trabalhos que estão a ser feitos na Praia do Poço da Cruz. -----

----- Seguidamente tomou de novo a palavra o Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que se referiu de novo à Escola do 1.ºCiclo dizendo que o planeamento que foi feito para o projecto da escola não teve em conta o possível aumento de alunos. Disse ser do conhecimento de toda a gente, que os alunos do 1.º ciclo em Mira têm uma cantina para almoçar, têm tempos livres, e que todos os encarregados de educação procuram sempre o melhor para os seus filhos, e, como toda a gente trabalha, o tempo para tomar conta dos filhos é pouco. É lógico que os queiram pôr numa escola destas. Quando se planeia a construção de uma escola nova deve-se ter isto em conta e a Câmara Municipal não teve; em relação à construção de um 1º andar disse que não via qual era o problema pois as crianças do 4.º ano que passam para o 5.º ano vão ter aulas num 1.ºandar. Pedagogicamente acha que não é vantajoso para as crianças o horário duplo, e espera que isto não se vá verificar devido ao desleixo do projecto. Seguidamente o Senhor Deputado perguntou ao Senhor Vice Presidente por um documento que a JSD de Mira mandou à Câmara Municipal, e que o Senhor Vice Presidente disse desconhecer. Perguntou se já teve conhecimento dele, e se não, o senhor deputado trazia consigo cópia dos registos enviados à Câmara Municipal. De seguida o senhor deputado falou sobre a compra de um terreno na Lentisqueira. Disse ser uma segunda compra pois ainda há poucos dias tinha sido lá comprado um, onde foi feito um jardim público com uma arquitectura bonita, e há poucos dias foi lá inaugurado uma Sala Polivalente e um Posto Médico. O Senhor Deputado perguntou à Câmara Municipal o que pretende construir neste terreno, e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

acha que foi um acto eleitoralista a compra deste terreno. Seguidamente o Senhor Deputado solicitou à Câmara Municipal que lhe fossem fornecidas as contas das Festas de S.Tomé dois mil.-----

----- De seguida tomou a palavra o senhor deputado José Manuel Fernandes Balugas que começou por se congratular com a chegada da água canalizada a algumas partes do concelho que estavam esquecidas que ainda não tinham tido acesso a esse bem de primeira necessidade e congratulou-se também com a inauguração da Junta de Freguesia da Praia-de-Mira, mas referiu que é uma Junta a médio prazo, é uma Junta de Freguesia que só vai servir durante alguns anos. O espaço é muito reduzido, terão que fazer dentro de alguns anos uma nova Junta de Freguesia; congratulou-se ainda com o tapete que está a ser posto na Praia-de-Mira, que é uma obra de grande utilidade e que muito bom serviço está a prestar. O Senhor Deputado falou ainda no caso dos cães vadios, que está a causar problemas de saúde e que atacam as pessoas; falou também no lixo que está acumulado na Praia devido ao mau tempo e às cheias e na areia que se acumulou na estrada. Referiu também a falta de iluminação junto ao novo mercado da Praia. O Senhor Deputado referiu-se também ao facto de haver associações a quem são atribuídos subsídios maiores do que às Juntas de Freguesia; finalmente o senhor deputado referiu-se á barrinha estar imprópria para banhos e solicitou á Câmara Municipal a construção de um “tanque” com as condições mínimas de higiene para as crianças poderem saciar a sua vontade de nadar.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Vice Presidente que fizesse chegar ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro a listagem dos protocolos assinados.

----- Seguidamente tomou a palavra novamente o Senhor Vice Presidente que disse que o documento iria ser entregue ao Senhor Deputado; o Senhor Vice Presidente referiu-se às obras que estão a ser feitas no Poço da Cruz e disse que algumas não é directamente a Câmara Municipal quem as faz, mas a Câmara Municipal empenhou-se bastante para que a Direcção Regional do Ambiente fizesse as obras necessárias. Referindo-se de novo ao assunto das escolas do 1.ºCiclo, disse que pensava que não era muito funcional estar a colocar crianças com cinco, seis anos num primeiro andar, que era um assunto a ser estudado. O importante é acabar as escolas e criar as melhores condições, assim como estão a ser criadas noutras escolas do concelho, para que as crianças, numa primeira fase, as dos Jardins de Infância, e numa



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

segunda fase, se possa também atender, nomeadamente no serviço de refeições, os alunos do primeiro ciclo não só em Mira, e que apareçam como estão a aparecer, não só algumas escolas que fazem candidaturas à DREC, de OTL nas próprias Escolas, mas também estão a aparecer instituições privadas para dar resposta ao “prolongamento” de horários. Não haverá tanto a necessidade das crianças do resto do concelho virem todas para a vila; em relação ao comunicado da JSD de Mira o senhor vice presidente disse não ter conhecimento do mesmo, pedindo ao senhor deputado que lhe desse fotocópia; relativamente á compra de terreno na Lentisqueira, o senhor Vice Presidente disse que como tem existido noutros locais, e a Câmara Municipal gostaria de fazer muito mais, e nas outras localidades do concelho também, porque cada vez mais as terras não precisam só de largos, de jardins, onde haja pontos de lazer, mas também têm necessidade de construções, de infraestruturas para as suas actividades sócio-culturais. Portanto a Câmara Municipal tem que começar a acautelar tudo isto. Não quer dizer que se faça de um momento para o outro, é bom que a Câmara Municipal vá comprando, não só na Lentisqueira, noutros locais também, para que realmente todas as terras do concelho comecem a ter infraestruturas não só de lazer mas também para as suas actividades sócio-culturais. Disse não ser eleitoralismo, para entenderem como quiserem. Parecia, disse, que os senhores estavam preocupados, por este ano a Câmara fazer obras, mas para não se preocuparem, porque estão todos imbuídos do mesmo espírito, ou seja, o desenvolvimento global do concelho, e portanto acha que não devem estar preocupados com eleitoralismos. Em relação às contas da Festa de S.Tomé dois mil, disse que esse relatório já tinha sido pedido e que o Dr.º Paulino dentro em breve o teria pronto para entregar, embora todos saibam qual foi a comparticipação da autarquia e quanto custaram as Festas; relativamente ao Senhor Deputado José Balugas o Senhor Vice Presidente disse que em relação ao espaço da Junta de Freguesia o achava um espaço agradável, onde podem ter todos os serviços e é muito maior do que o espaço que tinham tido até agora. Em relação ao tapete disse que já estava previsto para o ano anterior, mas infelizmente atrasou; relativamente aos cães vadios pensa que os proprietários dos cães têm alguma culpa; não é deixar andar os cães de qualquer maneira pela rua, têm que ter alguma responsabilidade; em relação à limpeza da Praia o Senhor Vice Presidente disse que esta estava prevista para a primeira quinzena de Maio, pois tem vindo



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

a atrasar devido ao mau tempo e é melhor esperar pela melhoria do tempo. Quanto à questão do lixo disse que também tem conhecimento que se está a acumular lixo no areal mas está á espera de ter uma reunião no dia dois de Maio com o responsável na Região Centro pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Vamos tentar ver se realmente eles que recebem o dinheiro das concessões, ao menos que contribuam com alguma coisa para a limpeza da Praia, pois não o têm feito até aqui. Mas, contribuam ou não, a Câmara Municipal irá fazer essa limpeza e essa reposição de areias, com a ajuda da Junta de Freguesia como tem sido hábito; relativamente à iluminação junto ao mercado o senhor Vice Presidente disse que já estava adjudicada, já está executado por parte da Câmara Municipal; o PT, não está equipado, falta a energia, porque o PT é da responsabilidade da CENEL e já está adjudicado pelo valor de seis mil contos, mas ainda não encontraram o cabo de alimentação da média tensão; em relação aos subsídios às associações serem superiores aos das Juntas de Freguesia, o Senhor Vice Presidente disse que isso era muito relativo. Primeiro há associações que de facto representam o concelho, e são muitas vezes dignos embaixadores do nosso concelho noutras regiões do país e mesmo fora do país. Portanto merecem todo o apoio, devido à formação das camadas jovens, devido ao entretenimento, e ao ensino da música ou de outras actividades. De facto uma das grandes responsáveis que a autarquia deve ter é a juventude, e quando não é a autarquia, e que muitas vezes tem que o ser directamente, como por exemplo está a acontecer com o Centro de Formação Desportiva de Andebol e que está a funcionar muito bem, já que não existem associações viradas para esta formação, tem que ser a autarquia a tomar nas suas mãos esta formação, pois é muito importante para a formação integral do homem, que haja cada vez mais uma maior formação em várias actividades, dar um leque bastante variado de actividades para que se possa de facto escolher em liberdade e em consciência. Portanto, muitas vezes certas associações necessitam de um apoio maior de um incentivo maior pelo trabalho que desenvolvem, por aquilo que fazem. As Juntas de Freguesia merecem todo o apoio porque todas trabalham. Umas têm mais competências, outras menos. Também devem ter esse apoio, mas já têm também o seu FGM e FCM. Outros concelhos existem que não dão nada às Juntas de Freguesia. Mas a Câmara Municipal irá apoiar sempre as Juntas de Freguesia o melhor que puder; relativamente à Barrinha o Senhor Vice Presidente disse que existia um compromisso



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

público do Senhor Ministro do Ambiente para o desassoreamento e despoluição de todos os canais do mini sistema hídrico, da Barrinha, da Lagoa e das Valas. O senhor ministro deu seis meses á Direcção Regional do Ambiente para a execução do projecto, projecto esse que vai ser feito pela Simria de igual modo como vai ser feito o da Barrinha de Esmoriz. Quanto á construção de uma piscina na Praia-de-Mira o Senhor Vice Presidente disse que mesmo que a Barrinha fique em condições de ser utilizada, um dos equipamentos que faz falta na Praia-de-Mira é uma piscina de lazer que poderá ser rentável e pagar-se a si própria. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Senhor Vice Presidente que lhe fosse dada também uma fotocópia do relatório com as contas das Festas de S.Tomé dois mil depois de aprovado pela Câmara Municipal ou pelo Vereador do Pelouro. Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerradas as inscrições e pediu aos Senhores deputados que fossem breves e concisos nas suas perguntas. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Juan António Figueiredo Apolinário que se referiu à homenagem feita ao senhor Manuel de Miranda Milheirão e disse que a melhor homenagem que se lhe poderia fazer era ter a praia limpa, pois como aconteceu na Semana Santa, que a Praia foi procurada por muitos turistas e as estradas encontravam-se cheias de areia com muita dificuldade para os carros circularem, e recordou que uma das coisas que o senhor Manuel Milheirão fazia muito bem era ter o cuidado de limpar sempre a areia; o senhor deputado referiu-se ainda à estrada que liga Praia-de-Mira ao Areão que necessita de pintura no pavimento pois torna-se difícil transitar; outra questão a que o senhor deputado se referiu foi à estrada do Canal e sugeriu que fosse feito um muro de protecção entre a estrada e o canal, pois já se têm verificado acidentes, pois trata-se de uma zona pouco iluminada e bastante perigosa. Por fim falou novamente de um assunto que já tinha sido tratado na última reunião da assembleia do dia vinte e oito de Fevereiro tendo considerado pertinente a sua intervenção e recordado que a dada altura o Senhor Presidente da Assembleia disse que ele estaria a embulhar as questões. Depois de ler a acta atentamente e de ter consultado documentação sobre o que é que é um factoring, o que é que regula o factoring, disse, que ficou convencido de que quem estava a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tentar embrulhar a Assembleia, neste caso, era a Câmara Municipal, uma vez que foi dito que os trezentos mil contos do financiamento eram para fazer face ao pagamento dos cento e vinte mil contos da piscina, e o senhor deputado referindo-se á página n.º 17 disse que posteriormente o senhor vice presidente tinha dito que existia um factoring feito pela empresa, mediante o reconhecimento de dívida por parte da Câmara que se comprometeu a pagar em tranches, o que lhe sai mais em conta. Isto demonstra que de facto não ficou muito clara a situação, sobre o factoring. O senhor deputado disse que não ia falar muito mais, pondo-se ao dispor dos seus colegas para lhes dizer como está regulamentado e o que é que define um factoring. Sobre a verba dos trezentos mil contos o senhor deputado disse haver um empolamento da verba; o senhor deputado referiu-se ainda às assinaturas de protocolos, achando muito importante que sejam estabelecidos protocolos, mas acha um exagero que a Câmara Municipal ao ir assinar um protocolo com uma associação leve uma comitiva de dezoito ou dezassete pessoas. O senhor deputado acha que não é de bom tom, pois muitas vezes são protocolos na ordem dos trezentos contos e assim ficam logo as associações só com duzentos contos porque o resto dos cem contos vão para as despesas de representação desses mesmos protocolos-----

----- De seguida tomou a palavra o senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho que perguntou ao senhor vice presidente para quando é que está prevista a ligação da água. Pediu desculpas ao senhor deputado José Manuel Fernandes Balugas que tinha dito que no dia vinte e cinco de Abril se tinha ligado a água, para lhe dizer que foi simplesmente uma ligação simbólica, e que foi por isso que não tinha estado presente pois não gosta de simbolismos. Há quatro anos que temos a parte sul com tubos toda pronta e ainda foi inaugurada simbolicamente. Não foi com água não. Por isso o Senhor Deputado pergunta quando é que tem água a correr nas torneiras para serem iguais aos outros para não andarem a carregar os garrações. O senhor deputado disse que nos Carapelhos havia milhares de contos gastos em furos, já não existe nenhum particular que não tivesse feito um furo até vinte metros, que custam cerca de duzentos, trezentos contos, para poderem ter água capaz. Por isso nada admira ao senhor deputado que quando a água lá chegar parte deles digam que não vão ligar a água, porque já gastaram dinheiro no furo e no filtro. O Senhor Deputado tornou a perguntar para quando a ligação da água, tendo de seguida referido que não



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

queria agradecer ao deputado José Balugas por os ter defendido, o que fez muito bem. Queria sim responder ao Senhor Vice Presidente que disse que às vezes os factos de darem mais dinheiro aos clubes do que a certas associações ou às Juntas de Freguesia são mais importantes. O senhor deputado perguntou se um grupo folclórico como é o caso do da Barra que vai a França e vai a outros lados, será que não leva a nossa cultura a miúdos e a graúdos a todo o lado, e só recebeu trezentos contos de subsídio, e associações criadas como a do Seixo, o governo sombra da Junta do Seixo, como diz o senhor presidente, que nem estatutos tem levam mil. Pergunta o senhor deputado se é esta associação que leva mais longe a nossa cultura. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que perguntou ao Senhor Vice Presidente o que vai a Câmara Municipal fazer no terreno que comprou na Lentisqueira, porque não tinha ficado esclarecido com a resposta que lhe tinha sido dada. Porque o acautelar não é nada. Disse que foi inaugurado no dia vinte e cinco de Abril um novo posto médico e uma sala polivalente para actividades culturais e recreativas, que um jardim também já lá têm, o senhor deputado pergunta o que é que lá vão fazer e pergunta quanto custou o terreno; relativamente ao diferendo entre dinheiro, freguesias, clubes disse que gostava de saber como é que a Câmara explica isto, como é que comissões de melhoramento criadas com o alto patrocínio da autarquia recebem mais dinheiro do que as Juntas de Freguesia. É o que se passa com a comissão de melhoramentos do Seixo e a Junta de Freguesia dos Carapelhos. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor deputado Carlos Alberto dos Santos Milheirão que se referiu ao espaço da Junta de Freguesia da Praia dizendo que o espaço não é tão pequeno quanto foi dito pelo Senhor deputado José Balugas; relativamente às areias o senhor deputado disse que hoje tinha sido a oitava vez desde de Dezembro que as estradas foram desimpedidas. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que disse que já tinham ficado um pouco mais esclarecidos e a saber que tem havido uma tentativa de limpeza das areias mas o tempo não tem ajudado; relativamente à estrada da Praia-de-Mira ao Areão a sinalização horizontal já está adjudicada há



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mais de seis meses, devido ao mau tempo não tem sido possível; em relação ao muro da estrada do canal o senhor vice presidente referiu que fazer ali um paredão ou um muro em blocos não vai ajudar muito, até por causa das águas o que poderia causar inundações na Praia. Que relativamente aos acidentes, já houve mais que uma tentativa de soluções desde o plantarem-se algumas árvores, alguns arbustos, que protejam ou pelos menos delimitem para que as pessoas vejam um pouco melhor. Disse ainda ser da opinião que fazer ali um muro não é solução; em relação ao factoring o senhor vice presidente julga que não se fez nenhuma embrulhada, uma coisa é o empréstimo que até devia ter sido maior, devido ao volume de obras que neste momento a Câmara tem, porque a razão principal do empréstimo foi o atraso e tudo o que aconteceu à volta do Campo de Golfe, em que a Câmara estava a pensar arrecadar uma verba bastante grande e como houve um atraso essa verba não entrou, e como a Câmara tinha assumido determinados compromissos, para os resolver, recorreu a um empréstimo, empréstimo esse que foi de facto cento e vinte mil para a piscina, mais trinta mil para abastecimento de água, aliás porque nos empréstimos tem que ficar definido para onde é que as verbas são aplicadas. O factoring é uma forma de gestão para que as empresas não estejam tanto tempo à espera de receber as suas facturas e portanto quando há algumas dificuldades de tesouraria a empresa faz o factoring em que a Câmara assume de facto o débito dessas facturas onde é feito o factoring. Relativamente aos protocolos e despesas de representação o senhor vice presidente disse que a Câmara não teve culpa dessas recepções que as associações quiseram fazer à comitiva da Câmara Municipal. Essas associações apesar de algumas receberem pouco foram elas que suportaram essas despesas e que quiseram receber os membros do executivo e não só, doutras associações também, oferecendo um lanche ou um jantar. Portanto não são propriamente despesas de representação da Autarquia. Em resposta ao senhor deputado Gabriel Pinho o Senhor Vice Presidente disse que ele sabia que a ligação de água para o sector sul já estava em condições das casas receberem a água canalizada porque basta fazer neste momento a respectiva requisição para a ligação do ramal, contrariamente ao que muita gente pensa que o depósito não está a funcionar. Como é que os bebedouros funcionavam se o depósito não estava a funcionar? Portanto basta as pessoas fazerem a requisição do ramal. Relativamente á informação dos furos e que muitas pessoas gastaram muito



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dinheiro em furos, infelizmente porque poluíram demasiado os terrenos e agora o lençol frático começa a ficar muito poluído, mas a partir do momento em que esteja completo todo o abastecimento de água, as pessoas são obrigadas a fazer a ligação ao abastecimento público. Voltando novamente às associações e aos protocolos o Senhor Vice Presidente disse que o Poço da Cruz só levou trezentos mil escudos e são digníssimos representantes, e deu os parabéns ao referido grupo, porque realmente sendo um grupo tão jovem, tão recente de facto já tem uma qualidade e vai este mês mais uma vez prová-lo fora de Portugal, em França, e a Câmara Municipal comprometeu-se a apoiar essa viagem. Há determinadas situações que extravasam os próprios protocolos. Falou-se aqui que *“até podem não receber”* que tinha dito o Senhor Presidente, e de facto as associações têm que comprovar as despesas que fazem, para receberem esse dinheiro. É quando comprovam essas despesas que recebem os respectivos subsídios. É nesse sentido que o protocolo é de facto um documento, uma assunção de responsabilidades entre a Associação e a Câmara Municipal para que a Associação de facto faça as actividades que estão previstas nos seus Planos de Actividades. Para isso é que têm que enviar para a Câmara Municipal quatro documentos fundamentais, e que muitas Associações se esquecem de fazer, ou seja: o Plano de actividades e o respectivo Orçamento, o Relatório de Contas do ano anterior assim como o Relatório de Actividades. É claro que a Câmara também vai *“fiscalizando”* essas actividades das Associações para que possam ou não ser apoiadas. De seguida o senhor Vice Presidente pediu desculpas ao senhor deputado Luís Balseiro pois não tinha percebido que tinha sido questionado sobre o preço da aquisição do terreno na Lentisqueira, esclarecendo que o terreno foi adquirido por dez mil contos, e leu o que foi deliberado sobre a aquisição do terreno *“face á urgência em adquirir espaços para fixação de estruturas sócio-culturais na localidade da Lentisqueira e ainda a necessidade de executar um projecto com a finalidade de minimizar os perigos de uma curva muito fechada no centro da povoação, adquirir o terreno mencionado com uma área de oitocentos metros quadrados”*. Referiu-se depois às Juntas de Freguesia, às Associações e às Comissões de Melhoramentos do Seixo e aos patrocínios da Câmara Municipal. Disse que poderiam entender: isto de facto é um local de debate político, e cada um pode fazer as suas interpretações. O senhor vice presidente disse não gostar de falar em eleitoralismos como os senhores deputados têm falado. Disse nem ele nem o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

executivo terem patrocinado nenhuma associação. É um grupo de pessoas como têm surgido, felizmente, por todas as povoações deste concelho neste últimos anos. De facto o grupo de pessoas que formalizam estes grupos, seja em associações seja em comissões de melhoramentos, para contribuírem para o desenvolvimento da sua localidade, muitas vezes não são bem vistos por certas pessoas que parecem que não gostam que haja desenvolvimento. Parecem que não gostam que haja obra mas um facto é que estas comissões de melhoramentos têm vontade de trabalhar, vontade de colaborar. O senhor Vice Presidente disse não estar a ver a Comissão de Melhoramentos a querer substituir a Junta de Freguesia do Seixo de maneira nenhuma. Cada um tem o seu espaço, e o seu espaço institucional, que o digam as outras Juntas de Freguesia onde já existe comissão de melhoramentos. O que é um facto é que há comissões de melhoramentos que têm colaborado bastante não só com a Câmara Municipal mas com as próprias Juntas de Freguesia, e é nesse sentido que a Câmara apoiou mais uma comissão de melhoramentos.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o direito de resposta ao senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho que perguntou ao Senhor Vice Presidente para quando estava prevista a ligação da água.-----

----- Seguidamente o Senhor Vice Presidente respondeu ao Senhor Deputado que a ligação está feita, mas os munícipes têm que requerer a ligação do ramal, mesmo nos Carapelhos o abastecimento de água já foi feito. Agora para ligar às casas, os proprietários têm que fazer o requerimento para o respectivo ramal, e pagar o ramal.-----

----- De seguida tomou a palavra o senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho que perguntou se as pessoas não têm que ser avisadas, dizendo que sabe que não está ligado porque fala diariamente com o encarregado e ele tem uma bomba ligada a um poço seu e vai lá todos os dias ver a pressão dela, e é de lá que ele faz a pressão dela. Por isso se estivesse ligada à rede ele não ia lá todos os dias ligar o motor, e pedir-lhe para ligar a luz .-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu autorização ao Eng.º Rui Silva para dar uma informação mais precisa sobre o assunto. O Senhor Eng.º explicou que o único troço de conduta que falta ensaiar é um troço que ficou por fazer porque passa no limite do concelho de Vagos e houve aí um



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

problema burocrático de autorização do município de Vagos para que a conduta passasse, e acabou mesmo por não passar ou passa mesmo no limite. É esse bocado de troço que falta ensaiar mas a água está lá, mas enquanto ele não for ensaiado à pressão devida a Câmara não o recebe. -----

----- De seguida o senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho interveio dizendo que esse troço que falta fazer, está precisamente parado aí, está a ser ensaiado de um poço dele, com um motor dele e com luz dele. A água da companhia ainda não chegou lá, e disse também que o Senhor Eng.º podia saber muito mas ela estava dentro da jogada .-----

----- Seguidamente o Senhor Eng.º Rui Silva explicou de novo que a água que abastece os Carapelhos é a água que abastece todo o sistema, portanto a conduta está feita, falta precisamente fazer esse bocadinho, e para chegar à casa das pessoas, nos Carapelhos, com excepção desse bocadinho, basta as pessoas pedirem o contador e pagar o ramal.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que no dia 25 de Abril tinham andado a fazer inaugurações e que acredita que não foram só simbólicas porque viu água a correr nos bebedouros, e gostaria de ter a certeza disto. Por isso perguntou ao Senhor Vice Presidente se existia alguma dúvida em relação a isto.-----

----- De seguida o Senhor Vice Presidente respondeu que não existia dúvida nenhuma. O Senhor Vice Presidente pediu ao Senhor Eng.º Rui Silva para que tecnicamente informasse o que se está a passar .-----

----- O Senhor Eng.º Rui Silva explicou que a conduta está cheia de água potável à pressão de chegar a todas as casas, basta ligar-lhe um ramal, montar um contador e a água existe na casas das pessoas.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que reconhece que a água nas povoações todas do concelho já devia estar, há mais tempo. Todo o tempo que se perde é tempo perdido, mas infelizmente que já está. Disse também que não gostaria de ter andado a fazer figura de “Jarrão” enquanto Presidente da Assembleia Municipal, a fazer inaugurações simbólicas, portanto, como viu lá água e toda a gente lhe garante que existe água no sul do concelho, acredita que haja necessidade agora de obviamente as pessoas solicitarem a água e pagarem os ramais. Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que não vale a pena fazer desta situação uma luta política. Aqui o que lhe parece



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

é que falar nisso e na responsabilidades de toda a gente não é bom para ninguém nem estar a discutir se faltam dois metros ou três metros. Aquilo que parece de realçar é a disponibilidade que existe e se não está hoje, estará daqui a uma semana na casa de algumas pessoas, portanto é de salientar o facto em vez de o menosprezar.-----

----- Encerrado o “Período de Antes da Ordem do Dia”, entrou-se, de imediato no **“PERÍODO DA ORDEM DO DIA”**:-----

----- **Ponto n.º 1 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA**:-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Vice Presidente que usasse da palavra. Este começou pela apresentação do resumo diário da Tesouraria relativamente ao dia vinte e sete de Abril, o saldo era de cinquenta e três milhões setecentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e noventa e um escudos. Relativamente ao relatório, disse que foram distribuídos exemplares do mesmo, e seria exaustivo estar a discriminar todas as obras e todas as actividades que a Câmara fez, concluiu dizendo que como todos os senhores deputados já tiveram oportunidade de ver, se coloca ao dispôr para qualquer questão que queiram colocar.-----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia abriu o período de discussão, e tomou a palavra o senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que em relação á situação financeira da Câmara, disse que se tinha constado, pelo diz que disse da rua, que havia mais empresas que tinham feito factoring sobre a Câmara, por tal motivo gostaria de saber quais foram, quantas foram, e o valor em causa; bem como fazer um comentário sobre esta engenharia nova que é o factoring , que se está a aplicar muito agora no concelho de Mira. O senhor deputado acha que isto dá uma imagem um bocado degradada do que é uma instituição como a Câmara Municipal, porque se as empresas têm que fazer esta engenharia financeira para receber o que lhe é devido, daqui a dias temos a Câmara como uma instituição não de bem, como devia ser, mas um bocado duvidosa, porque as empresas para salvaguardar aquilo que de facto têm a receber, têm que se meter nestas coisas.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- E, não havendo mais intervenções sobre este ponto , o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vice Presidente. O senhor Vice Presidente disse que já lhe tinham falado sobre factoring e que agora não podia precisar quantas empresas foram, julga que serão eventualmente três empresas que fizeram factoring com as instituições bancárias. O Senhor Vice Presidente disse que era uma gestão como outra qualquer, uma forma de garantir determinados pagamentos ou pelo menos que as empresas não estejam tanto tempo à espera desse dinheiro. Disse não ser só a Câmara de Mira a fazer isto, todas as Câmaras o fazem e se o senhor deputado fosse ver mesmo os nossos vizinhos, todos estão a enveredar por este caminho. Disse ser evidente e que poderia dar algumas razões, que já tinha falado numa que foi a falta de entrada de verbas relativamente ao Campo de Golfe, outras foram as candidaturas que demoraram a ser aprovadas, mas que felizmente nas duas últimas unidades de gestão já foram aprovadas candidaturas o que vai de facto diminuir ou retirar alguns encargos que a Câmara poderia eventualmente vir a ter com os factoring. Referiu que na última unidade de gestão, no dia vinte e quatro de Abril, foi aprovado, a candidatura da piscina, na anterior aprovada a candidatura da 4.ª Fase do Abastecimento de Água do Polo II da Zona Industrial e da Casa da Música, portanto, como sabem no terceiro quadro comunitário, as candidaturas só podem ser feitas depois de serem adjudicadas as obras o que muitas vezes traz alguma dificuldade de tesouraria e o recurso ao factoring. Quando vêm as participações são imediatamente amortizados ou saldados completamente. Isto é uma mera gestão financeira, mera gestão económica não é propriamente engenharia financeira. Concluiu dizendo que tem sido razoável para a autarquia, é bom para os empreiteiros que de facto começam a ter um volume de obra bastante grande e portanto essas verbas estão acauteladas e que não vê problemas de maior nem que sejam instituições duvidosas só por fazer um factoring antes pelo contrário, são instituições transparentes não estão a ocultar nada a ninguém. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu o direito de resposta ao senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro, que disse que não ficou informado, quem são as empresas e o montante em causa. O senhor deputado disse se o senhor Vice Presidente não tem à mão os dados pode recorrer da ajuda que tem ao lado. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Senhor Vice Presidente disse que podia recorrer à ajuda mas se a memória não lhe falhava, as empresas eram a Ramos Catarino, Terserra e Marvoense , neste momento os montante são Marvoense cerca de trinta mil contos, Terserra á volta de setenta /oitenta mil contos e a Ramos Catarino que já foi há muito mais tempo foram cerca de cem mil contos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto número um de apreciação do relatório do Senhor Presidente da Câmara Municipal e situação financeira da autarquia. -----

----- Ponto n.º 2 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2000:-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu, que este ponto obrigatório na Ordem de Trabalhos não era para ser votado, era simplesmente para ser apreciado. Seguidamente pediu à Câmara Municipal que apresentasse a sua visão dos dois documentos. -----

----- Tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que disse que a percentagem de execução de obras não foi aquilo que a Câmara Municipal desejava, por várias razões nomeadamente pelo facto de algumas obras terem transitado de um ano para o outro e que não havendo a conclusão das obras não há o cumprimento total do Plano de Actividades. A Câmara Municipal tem procurado responder às necessidades do concelho, com a construção de infraestruturas fundamentais para o seu desenvolvimento nos diversos sectores, estando neste momento no terreno diversas obras em construção. O Senhor Vice Presidente terminou a sua intervenção pondo-se ao dispor da Assembleia para esclarecimentos. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que comparou a Conta de Gerência com o documento que lhe tinha sido entregue da relação de contratos que a Câmara Municipal tem estabelecido com as diversas entidades, e disse verificar que para o mesmo período havia uma substancial diferença, pois que, enquanto na Conta de Gerência, nos Encargos Assumidos e não Pagos, regista quatrocentos e oitenta e sete mil contos, na relação de contratos contabiliza um milhão cento e vinte mil contos, pelo que gostaria de saber o porquê desta disfunção. Outra questão referida pelo senhor deputado foi em relação ao quadro de pessoal, que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

disse, tem verificado um aumento exagerado comparando a situação actual com a verificada em mil novecentos e noventa e seis. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que o esclarecesse onde é que tinha visto a situação do quadro. -----

----- O Senhor Deputado remeteu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a página catorze do Relatório de Actividades. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Juan António Figueiredo Apolinário que pediu para ser esclarecido por que é que se assiste com frequência a obras que são adjudicadas pelas propostas aparentemente mais acessíveis e que depois acabam por ter um caderno de encargos adicionais, sendo sua opinião que deveria haver um pouco mais de rigor na adjudicação e justificação das obras. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado José Zacarias Pires Nabais que se referiu ao assuntos dos subsídios atribuídos ao Ala-Arriba e ao Touring, que são, segundo o senhor deputado, para pagar os salários aos jogadores, sendo da opinião que a Câmara Municipal ao atribuir os subsídios deveria exigir das associações a divulgação do desporto junto dos jovens e deveria também apostar e fomentar o Desporto Escolar. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente, que explicou a diferença existente entre os valores da Conta de Gerências e os valores da relação de contratos assinados; foi dito pelo Senhor Vice Presidente que uma coisa é o valor dos quatrocentos e oitenta e sete mil contos de dívida que estão facturados e que transitou de um ano para o outro, outra questão são os contratos que estão assinados mas que não existe ainda nada facturado, as obras ainda não estão feitas. Em relação ao quadro de pessoal foi dito pelo Senhor Vice Presidente não existir uma disparidade tão grande, comparando o ano de mil novecentos e noventa e nove com o ano de dois mil, pois o número de pessoal no quadro manteve-se. Referiu-se de seguida que o número de pessoal contratado aumentou de treze para dezoito e noutras situações aumentou de quatro para cinco. Referiu ainda que a Câmara Municipal tem dado estágios profissionais, principalmente a pessoas do concelho, e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que o aumento do pessoal contratado se deve ao facto de estar a funcionar o Gabinete Técnico Local. Em resposta ao Senhor Deputado Juan António Figueiredo Apolinário o senhor Vice Presidente disse que, como é evidente, as obras têm uma determinada previsão, um determinado preço base, mas algumas vezes o concurso tem que ser anulado, porque não existe cabimento orçamental. O orçamento é uma previsão em que se tenta ao máximo que realmente o caderno de encargos seja correctamente executado, mas muitas vezes, depende do próprio mercado, se as empresas tem muitas obras, se há muitas ou poucas obras; sendo certo que os preços variam conforme as necessidades do mercado; outro motivo são os trabalhos imprevistos, que também têm surgido e ou os trabalhos a mais que, portanto têm que ser acautelados e devidamente orçamentados; é por isso que existem as alterações e as revisões, como estão previstas na Lei. Em resposta ao Senhor Deputado José Zacarias Pires Nabais o Senhor Vice Presidente disse estar de acordo que é necessário investir na formação desportiva dos jovens, e referiu que a Câmara já o vem fazendo nomeadamente com o Centro de Formação Desportiva de Andebol e futuramente com outras modalidades; que relativamente ao Desporto Escolar a Câmara Municipal apoia-o indirectamente na cedência de carrinhas e cedência de instalações e que, quanto ao apoio financeiro, este é da responsabilidade do Ministério da Educação -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu de novo a palavra ao deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que diz não entender como é que um contrato elaborado em mil novecentos e noventa e oito, com a empresa Cadimarte do qual faltam pagar dois mil e setenta contos não é um encargo assumido, e o contrato 10/98 que tem rubrica também não é um contrato assumido. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro a que documento se estava a referir, tendo-lhe este respondido que era à listagem de contratos que lhe tinha sido fornecida. -----

----- Por sua vez o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que o que lhe tinha sido dito, é que os valores que constam da Conta da Gerência são as quantias facturadas à Câmara Municipal e transitadas para este ano sem terem sido pagas, e que os valores da relação de contratos são contratos assumidos mas ainda não facturados. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente o Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro tomou a palavra novamente, para recordar ao Senhor Vice Presidente que tinha comparado o quadro de pessoal do ano de dois mil com o quadro de pessoal do ano de mil novecentos e noventa e seis e que existe uma diferença de trinta e cinco pessoas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu depois a palavra ao Senhor Vice Presidente que respondeu ao senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro dizendo que em cinco anos só ter aumentado trinta e cinco funcionários não é nada exagerado; que não se consegue ter um concelho em desenvolvimento se não se tiver pessoas especializadas em determinadas matérias, e que para se ter uma boa gestão é necessário ter pessoal especializado.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Eugénio dos Santos Leigo que se referiu ao facto do Senhor Deputado José Zacarias Pires Nabais ter falado sobre os protocolos do Ala-Arriba e do Touring, e esclareceu que no Touring tem havido Infantis, Juvenis, Juniores e Seniores, tem umas boas instalações e subiram de Divisão, assim como o Ala-Arriba, que passou à III Divisão Nacional, devem enquanto precisarem ser subsidiados pela Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao Senhor Deputado Juan António Figueiredo Apolinário que acha que a explicação dada pelo Senhor Vice Presidente sobre a questão do Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro é uma interpretação contabilística uma vez que se existe de facto essa responsabilidade tem que estar contabilizado de outra forma, concluindo que se existe um contrato assinado tem que se espelhar na contabilidade não através da facturação, mas tem que se espelhar numa outra conta. Em relação ao facto de haver empresas a ganhar uma série de concursos isso pode fazer com que as pessoas façam comentários menos próprios; muitas empresas apresentam orçamentos baixos porque sabem que à partida vão ter essas rectificações, basta apresentar um caderno de encargos superior. Ainda sobre a questão do desporto o senhor deputado diz encher-se de orgulho, sabendo que neste momento há atletas criados nestas instituições, nomeadamente na equipa de Juvenis do Beira-Mar há sete ex-atletas do Touring das camadas jovens, ou seja que estão no nacional e



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

isto espelha de facto algum trabalho feito a esse nível. Referiu ainda que a nível do Ala-Arriba há também um ex-atleta que pertence aos juniores do Beira-Mar e está para assinar contrato com o Futebol Clube do Porto, concluindo que está a ser feito algum trabalho a nível da formação, embora as verbas sejam por vezes exageradas. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu novamente a palavra ao senhor deputado José Zacarias Pires Nabais que se explicou dizendo que não estava contra o Ala-Arriba ou contra o Touring, o que ele queria dizer é que não concordava que os subsídios atribuídos fossem para pagar os salários aos jogadores em vez de ser para melhoramento do seu património. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o senhor vice presidente que se referiu à questão dos concursos, dizendo que esta não tem nada a ver com o que está cabimentado, ou com a natureza dos trabalhos a mais, há transparência, mesmo quando o concurso é por convite. Esclarecendo que há vários tipos de concurso, incluindo o concurso internacional, dependendo estes do volume financeiro de cada obra, mas no mínimo têm que se convidar cinco empresas. Continuou esclarecendo que é também presidente da comissão de abertura de propostas, e vê que às vezes em alguns concursos, poderá haver uma certa disparidade de preços, e que noutros concursos, principalmente nos mais baixos, de facto estão todos muito juntos. Quanto aos trabalhos-a-mais, frisou que só existem quando são aprovados pelo executivo; que não são a belo prazer do empreiteiro, que está a fazer a obra, são verificados e propostos ou pelo empreiteiro ou muitas vezes pelos próprios técnicos da Câmara Municipal e nomeadamente pelo Chefe Divisão Obras Municipais e devidamente aprovados ou não pelo executivo. Esclareceu ainda que os trabalhos-a-mais não são decididos e pagos de qualquer maneira, pois a própria legislação já prevê que os trabalhos-a-mais só podem chegar aos 25% da totalidade da obra. E concluiu que se há determinadas empresas que ganham mais concursos é porque uma empresa ao ter uma obra no concelho evita mudança de maquinaria e montagem de estaleiro, tudo isto despesas para a empresa o que poderá eventualmente levar a uma redução no preço total da obra, daí apresentar um preço mais baixo. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu de novo a palavra ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que pegando na parte final da intervenção do Senhor Vice Presidente onde



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

este tinha referido que os trabalhos-a-mais só podiam ser até 25% do total do custo da obra, o senhor Deputado disse ver no famoso documento uma obra “Pavimentação da Estrada da Barra /Poço da Cruz/Praia de Mira” realizada pela empresa Terserra - Terraplanagens da Serra, em que o custo da obra é trinta e dois mil contos, trabalhos-a-mais no valor de mil e quinhentos contos, e ainda outros trabalhos-a-mais no valor de onze mil contos, isto dá muito mais que 25%, até dá mais de 40%, agradecendo uma explicação para isto.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que não era isto que estava em discussão, mas autorizou a Câmara Municipal a responder. Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão deste ponto no final da intervenção do Senhor Vice Presidente.-----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que explicou ao senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que existia uma legislação Dec-Lei 405/95 de empreitadas em que os trabalhos-a-mais podiam ir até aos 50%, só relativamente há pouco tempo é que passou para os 25%. -----

----- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia considerou apreciado o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência de ano financeiro de dois mil, e encerra o respectivo ponto na Ordem de Trabalhos.-----

----- **Ponto n.º 3 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE 2001:**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente, que disse que como os senhores deputados já tinham verificado e que era só uma folha A4 que tinham á sua frente e basicamente pode-se verificar aqui uma questão e passou a explicar a retirada de cem mil contos no saneamento de Seixo e Cabeças Verdes, disse que houve por parte da Simria uma assunção da execução das obras de saneamento dos municípios seus associados, e que se quisessem uma explicação mais detalhada o Sr. Eng.º podia fazê-la. Em traços gerais era isto: por parte da Simria houve um assunção da execução dos saneamentos dos municípios seus associados, pelo que se poderia retirar essa verba do orçamento para outras obras; a construção da casa da música também tem uma verba substancial porque infelizmente, e voltando aos tais Planos e Orçamentos e às previsões portanto não estando o cabimento



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

em consonância com a adjudicação apesar que para este ano estava, mas aqui tinha sido uma mera falha. Foi indeferido o visto do tribunal de contas, logicamente teve que anular-se e já foi anulado o concurso e reaberto novo concurso e portanto vai atrasar bastante o inicio desta obra pelo que pudemos retirar esta verba. Depois estão aí no reforço penso que não é muito difícil de ver, reforçar algumas rubricas como a reparação das escolas e estamos aqui a pensar nas escolas das Cabeças Verdes fundamentalmente e outras, é evidente, a construção do cinema e serviços da Praia-de-Mira que eventualmente poderá avançar e estava prevista só mesmo para o final do ano, e podemos realmente estar um pouco mais garantidos com este reforço, e assim de uma forma geral foram criadas mais algumas rubricas, nomeadamente o arranjo urbanístico da rua da comissão de melhoramentos, o reforço de pavimento em arruamentos. As outras obras já estavam em rubrica mas houve de algum modo necessidade de reforçar, por exemplo a pintura exterior do gimnodesportivo como se verifica está a ficar um pouco degradada e é necessário pensar na pintura do edificio. Após a sua explicação o Senhor Vice Presidente pôs-se á disposição dos Senhores deputados para os esclarecer. -----

----- Tomou a palavra o senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que começou por referir os reforços dos viadutos, arruamentos e obras complementares, este ano é um ano esquisito para isto, mas enfim compreende-se este reforço, porque se tem que satisfazer a maior parte do concelho toda a gente precisa no seu cantinho trabalhar, relativamente à saída dos cem mil contos do saneamento do Seixo e Cabeço e aquilo que se diz da assunção da Simria sobre a realização destas obras, e devido às dúvidas que se colocam a muita gente, o senhor deputado gostaria de perguntar se é possível ter um documento escrito em que a Simria tenha assumido a execução desta obra, porque só dizer que faz deixa algumas dúvidas. Para terminar o Senhor Deputado perguntou se a Simria vai fazer em todo o concelho este trabalho, desde a ligação á rede de esgotos, á condução dos esgotos até á ETAR. -----

----- De seguida tomou a palavra o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário, que se referiu a uma verba que estava na parte de Cultura e Arquivos - Instalações e Serviços em que há uma dedução de quarenta e dois mil contos. O senhor deputado não sabe a que é que se refere; outra questão que o senhor deputado referiu foi as Despesas de Representação Municipal, em que viu que de facto há um reforço



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

dessa mesma verba, para a dotação inicial quase de 60% , o que é substancial. Mas é normal porque a Câmara gosta de facto de fazer alguns comícios e “bebícios”. Na parte do desporto em que aparece um reforço de oito mil contos, o senhor deputado gostaria de saber a que é que se refere, tem uma dotação inicial de dezasseis mil contos e depois há mais oito mil contos, gostaria de saber para quê. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse achar que as coisas se repartem. Não lhe parece positivo que seja, esta linguagem positiva, isto é, verdadeiro para aquilo que o Senhor deputado Juan António acabou de dizer, como é verdade para aquilo que o Senhor Vice Presidente acabou de dizer há pouco. O Senhor Presidente acha que existe outra forma de tratar as coisas. Obviamente as Despesas de Representação Municipal servem para muita coisa e podem ser questionadas e criticadas, mas a linguagem utilizada não dignifica ninguém. O Senhor Presidente só queria que subissem um bocadinho mais o nível de discussão desta Assembleia. -----

----- Não havendo mais inscrições o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente, que se referiu à questão da Simria e do saneamento dizendo ao senhor deputado Luís Balseiro que houve a assunção por parte do Senhor Ministro do Ambiente e estão em actas das reuniões da Simria no qual o Município de Mira está felizmente representado. Pediu autorização ao Senhor Presidente da Assembleia para que o Senhor Eng^o pudesse explicar melhor; o Senhor Eng.^o explicou que tinha sido orçamentado o custo de execução do saneamento em Mira, do que falta fazer, e deu valores na ordem de um milhão e quinhentos mil contos, que é uma verba que efectivamente a Câmara não tem disponibilidade. Entretanto esses valores foram comunicados à Simria e em reunião dos corpos gerentes da Simria e com o contacto com o Governo eles decidiram que iriam assumir o saneamento em baixa, quando até há uns meses atrás o objectivo da Simria era o saneamento em alta, e portanto o transporte para Aveiro para depois fazerem o tratamento lá dos efluentes. Existem documentos dessa reunião na Câmara Municipal, eles já solicitaram à Câmara todas as informações necessárias para executarem os projectos em falta, já vieram técnicos da Simria á Câmara para se integrarem dos problemas locais para a execução do projecto e portanto existe efectivamente já bastante comunicação entre a Simria e a Câmara que garantem e dão grandes certezas á Câmara que irão executar esse projecto,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

tanto mais que existe um parecer do Ministro que diz que o objectivo de Portugal é nos próximos cinco anos ter noventa por cento do País com Saneamento Básico executado. É para o Governo cumprir esse objectivo, que a Simria está a assumir a execução do saneamento. Seguidamente o Senhor Vice Presidente falou relativamente à diferença dos quarenta e dois mil contos. Essa diferença é a retirada da construção da Casa da Música e é o reforço de dez mil contos da construção de cinema e serviços, portanto aí estar na cultura os quarenta e dois mil ou seja saíram cinquenta e dois mil dessa rubrica mas entraram dez mil para a outra rubrica também da cultura, relativamente aos oito mil contos de subsídios para investimento, estão relacionados com a assunção dos protocolos com as associações. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Luís Balseiro que pediu direito de resposta, pediu um esclarecimento, perguntou se é claro e inequívoco que a Simria assume por inteiro o Saneamento no Concelho de Mira, se a Câmara Municipal não vai gastar um tostão no Saneamento. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Deputado Juan António que tinha pedido direito de resposta, esclarecendo o Senhor Presidente da Assembleia que ao utilizar aquela linguagem não tinha procurado ser ofensivo, disse que a questão que tinha formulado devia-se apenas ao reforço dos cerca de sessenta por cento da verba, na parte da Representação Municipal, e esta situação não tinha sido esclarecida.-----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que esclareceu que a Câmara Municipal gosta de receber bem as pessoas, e aqui põe-se as questões das inaugurações como por exemplo o Tribunal, em que à última da hora tivemos o Senhor Primeiro Ministro e portanto deve ser recebido de outra forma, a visita de algumas pessoas importantes ao concelho. São estas representações, estes consumos que no fundo aumentam um pouco esta verba; em relação á Simria a informação que a Câmara municipal tem é que pelo menos para este ano não tem assunção de despesas nenhuma. À partida portanto ainda não está muito bem definida a forma como vai ser executado, ou seja o senhor vice presidente pensa que todas as despesas serão assumidas pela Simria. Não quer dizer que não possa haver algum contrato programa, ou algum protocolo depois do modo de funcionamento do próprio sistema, se eles assumem por exemplo toda a execução, eventualmente haverão taxas de funcionamento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com treze votos favoráveis e nove abstenções.-----

----- O Grupo Parlamentar do PSD referiu na sua declaração de voto que se tinham abtido porque continuavam com a dúvida em relação ao saneamento do Seixo e Cabeças Verdes. Entenderam que isto é uma operação meramente técnica em termos de dinheiro por isso a sua abstenção.-----

----- Ponto n.º 4 – VENDA DO TERRENO DESTINADO À INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ZONA INDUSTRIAL DE MIRA – PÓLO II:-----

----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente que disse que tal como aquele ponto que solicitou a Câmara para ser incluído, aqui também é a mesma questão, ou seja, é a autorização formal da Assembleia Municipal para a venda dos terrenos da Zona Industrial- Pólo II, para que se possam fazer as escrituras e os candidatos que foram contemplados nesta Zona Industrial possam proceder aos seus registos para iniciar as suas actividades.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que solicitou um documento que a sua bancada ainda não tinha tido acesso. Era a listagens das empresas que compraram ou manifestaram interesse em comprar lotes na zona Industrial Pólo II , a actividade que vão desenvolver, os produtos que vão produzir, e o montante pago. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Vice Presidente que lhe entregasse assim que possível uma listagem das empresas que estão instaladas no Pólo II, para depois ser entregue posteriormente ao Senhor Deputado Luís Balseiro. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que disse que todo o processo já decorreu, foi analisado, foi aprovado em executivo, e que todos os candidatos neste momento já tiveram conhecimento a quem foram atribuídos os lotes, não existindo inconveniente nenhum em entregar essa listagem. O Senhor Vice Presidente disse que se o Senhor Presidente desse autorização ainda hoje poderia ser entregue essa listagem.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por suspensa a sessão por um período de quinze minutos, quando eram dezassete horas e trinta minutos. -----

----- A sessão foi reiniciada e o Senhor Presidente da Assembleia disse que lhe tinha chegado um dos documentos solicitados, a lista definitiva de candidatos para a Zona Industrial de Mira Pólo II e pediu para ser distribuído um exemplar a cada um dos deputados. -----

----- Ponto n.º 5 – CEDÊNCIA DO DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO DE SAÚDE DA PRAIA DE MIRA:-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que os Senhores Deputados tinham recebido um documento e que ia pedir ao Senhor Vice Presidente para lhes apresentar o assunto. -----

----- O Senhor Vice Presidente tomou a palavra e disse que o protocolo que foi assinado entre a Administração Regional de Saúde do Centro e a Autarquia é que o dono da obra é a Administração Regional de Saúde apesar da comparticipação da Autarquia. Daí pretenderem como são eles os titulares da obra terem também o direito de superfície, disse ser uma mera formalidade fazer a cedência do direito de superfície; acabando a sua exposição pôs-se à disposição dos senhores deputados para esclarecimento de qualquer dúvida que possa ter surgido. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de discussão, tomando a palavra o Senhor Deputado Juan António Figueiredo Apolinário que se referiu à localização. Disse julgar que naquela área onde está a ser centralizado neste momento toda a área de serviços, existe lá uma estação de tratamento de esgotos, e perguntou se a estação iria ficar no mesmo sítio ou se iria haver alguma alteração à localização. -----

----- O Senhor Vice Presidente respondeu ao senhor deputado dizendo que essa estação de bombagem é evidente que vai ficar no mesmo local, porque é necessário com as quotas que têm naqueles terrenos. De qualquer forma vai ficar enterrada e a respiração vai ser feita através de uma chaminé construída no



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

próprio edifício da Extensão de Saúde. O senhor Vice Presidente espera que assim os cheiros desapareçam naquele local.-----

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uma correcção à ordem por que foram apresentados os pontos na ordem de trabalhos, dizendo que não foi tido em conta em relação aos dois pontos que se seguem, como os pontos seis e sete, deveriam ter aparecido pela ordem inversa na convocatória, ou seja não faz sentido discutir primeiro a aprovação da hasta pública e depois a declaração de interesse municipal. Por isso foram invertidos estes dois pontos, e primeiro foi discutido o ponto número sete e depois o ponto número seis. -----

----- **Ponto n.º 7 – LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO TURÍSTICO (CAMPO DE GOLFE) –
ARTº 36º DO PDM – DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO REFERIDO
EQUIPAMENTO:** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vice Presidente para explicar a situação. Este disse que como é sabido e já foi amplamente discutido e por termos que realocar o Campo de Golfe em virtude da Rede Natura dois mil não permitir que ficasse na zona onde estava no PDM, a primeira localização, depois das promessas e não só e de verificarmos que a área sobrance da Viveimira que já foi de facto reduzida, efeito de um contrato e por isso se manter aquela área, porque os duzentos hectares já estavam em reversão para a Câmara Municipal, portanto, depois de tudo o que foi desenvolvido relativamente ao Campo de Golfe e à Rede Natura dois mil não houve outra opção. Se se queria realmente um Campo de Golfe Mira não houve outra opção senão fazer esta realocação. Pensa que é de interesse municipal mantermos este equipamento turístico. Daí que havendo este artigo do PDM em que podemos localizar o Campo de Golfe naquela área, possa a Assembleia Municipal proceder à declaração de interesse municipal, é isto que o executivo vem solicitar à Assembleia . -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de discussão, não havendo inscrições, deu por encerrado a discussão do referido ponto tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto n.º 6 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DA HASTA PÚBLICA PARA ARREMATACÃO, EM REGIME DE PROPRIEDADE PLENA, DE 120 HECTARES, DESTINADOS À CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM CAMPO DE GOLFE: -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente que disse que como os senhores deputados já puderam verificar este Regulamento baseia-se no anterior regulamento para a anterior localização do Campo de Golfe, salvo duas ou três alterações, ou seja: a área de construção que passou de quatro hectares para vinte hectares; o índice de construção, no anterior era uma área tão pequena de construção como dezoito fogos por hectare; neste momento são quatro fogos por hectare; a base de licitação era de duzentos e cinquenta milhões de escudos e passou dado esta área ser superior, a ser trezentos milhões de escudos; as condições de pagamento que no próprio dia do acto público vinte por cento do valor de arrematação, na assinatura do contrato promessa vinte por cento da arrematação, e sessenta por cento na assinatura da escritura definitiva que também está diferente do regulamento anterior e são estes os únicos pontos que foram alterados. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de discussão e tomou a palavra o Senhor Deputado Rui Sérgio Amorim Cupido que tentou saber algumas justificações para as alterações efectuadas, havia uma que queria levantar por desconhecimento desta matéria, se a área a relvar para o Campo de Golfe, máximo quarenta por cento da área total, é suficiente de facto para um Campo de Golfe com um mínimo de dezoito buracos e com capacidade para a realização de competições nacionais e internacionais. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor deputado Gabriel Miranda de Pinho que perguntou: os terrenos vão à hasta pública por trezentos mil contos e se não forem arrematados serão vendidos mais baratos ou realizar-se-á outra hasta pública. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente o Senhor Vice Presidente tomou a palavra e disse não sendo um especialista nem sabendo jogar Golfe, disse que os quarenta por cento da área relvada, está-se a falar na área dos buracos, o Green, estes quarenta por cento de área dá para mais de dezoito buracos; relativamente á hasta pública, se a hasta pública ficar deserta terá que ser feita outra ou eventualmente se chegar á conclusão que o preço é elevado e que não aparece ninguém, eventualmente terá que se aprovar outro regulamento mas isso a Assembleia depois é que tem que decidir.-----

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tem sido aprovado por unanimidade.-----

----- Ponto n.º 8 – DICUSSÃO E ANÁLISE DA REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CELEBRADO COM A SOCIEDADE VIVEIMIRA, BEM COMO DA CELEBRAÇÃO DE UM NOVO CONTRATO, EM TERMOS IDÊNTICOS, COM A FIRMA MIRAPLANTA:-----

----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente que disse que tinha vindo com os documentos em anexo o parecer jurídico, que de facto a Viveimira não tem cumprido o contrato com a Câmara Municipal. Já veio a esta Assembleia e foi aprovada a diminuição da área de trezentos e cinquenta para cento e cinquenta hectares. Dada esta impossibilidade de cumprimento por parte da Viveimira ela vem por escrito reafirmar que aceita a anulação do contrato. Vem depois também a Miraplanta que no fundo é a empresa que já está a gerir aquele espaço, na prática, mostrar o interesse em fazer um contrato, cumprindo e comprometendo-se a repor os valores que deveriam ter sido recebidos ao longo destes anos. Há o compromisso desta empresa em cumprir tudo o que está par trás, de imediato, assim que seja celebrado este contrato e para a Câmara foi visto que seria muito melhor e que havia uma maior garantia da manutenção dos postos de trabalho existentes neste momento e com a possibilidade de haver um aumento de postos de trabalho. Portanto é isto que a Câmara propõe: cessar o contrato com a Viveimira e do mesmo passo fazer o contrato com a Miraplanta.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de discussão e deu a palavra ao senhor deputado Rui Sérgio Amorim Cupido, que disse que se ia fazer acto contínuo, a votação da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

revogação do contrato com a Viveimira e a autorização para celebração de novo contrato com a Miraplanta. O senhor deputado queria saber se é possível ter os termos desse novo contrato ou se se mantém exactamente iguais. -----

----- De seguida tomou a palavra o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário que perguntou se isto no fundo se trata de duas entidades jurídicas distintas, a Viveimira é uma S.A mas na carta, parte curiosa, o email é da Miraplantaiol, ou seja, na Viveimira remetem-nos para um email que é da Miraplanta e depois na carta que vem da Miraplanta, se virmos cá em baixo, tem um telex que é da Viveimira, ou seja, curioso, ou embora uma seja uma S.A e outra uma Limitada, parece-lhe que se trata quase das mesmas pessoas, ou seja a Limitada poderá ter dois sócios a Viveimira terá cinco sócios no mínimo. O senhor deputado queria um esclarecimento sobre esta parte e a leitura do contrato. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que esclareceu que no essencial o contrato mantém-se, com ligeiras alterações. Pediu autorização para o Dr. Paulino poder esclarecer com maior exactidão.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Dr. Paulino que disse que não tinha trazido um esquema que tinha elaborado em termos de uma reunião em que esteve um representante da Câmara, o Senhor. Vereador Agostinho, o Dr. Paulino e o advogado do município, em que foi estudada uma estrutura do contrato, em que ele se mantém idêntico ao anterior, como se diz na deliberação. De facto as alterações que se propuseram naquela reunião e que são as que fazem parte e integram a deliberação da Câmara são mínimas e de pormenor. Aquilo que é essencial é o tempo. O tempo é o mesmo que está no outro contrato, contado a partir da data do original. As rendas são as mesmas. Depois existem outras cláusulas que constavam da escritura anterior que foram eliminadas que eram obrigações para a Viveimira, como seja o Jardim Botânico, o número de trabalhadores que era muito elevado. São pequenos pormenores que não têm já exequibilidade no presente. No fundamental a renda, foi reduzida na proporção, o tempo é o que consta da outra escritura, e o número de trabalhadores é o que se verifica actualmente. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que disse que neste momento é a Miraplanta que está a ocupar o terreno e que está em laboração neste terreno, através da Viveimira. Eventualmente os faxes e os email já estarão alguns em nome da Miraplanta porque de facto é esta empresa que já está a laborar neste terreno. Uma coisa de facto é a Viveimira outra coisa é a Miraplanta. A Viveimira neste momento fez a cedência de exploração à Miraplanta, mas que não tem contrato. Quem tem contrato com a Câmara é a Viveimira só que a exploração está a ser feita pela Miraplanta utilizando as mesmas instalações.-----

----- De seguida tomou a palavra novamente o senhor deputado Juan António Figueiredo Apolinário, que perguntou se o parecer jurídico que vem em anexo é dos serviços jurídicos da Câmara, porque aquela questão que tinha chamado à atenção é que se soubessem quem são os sócios da firma e os accionistas da S.A conseguíamos saber se tem ou não a mesma entidade. Só que para efeitos de contribuição, passou de S.A para uma limitada, são as mesmas pessoas só têm uma roupagem diferente. Perguntou se o contrato se mantinha o mesmo ou se havia a hipótese de alterar qualquer parte do contrato, ou seja, haver um controlo mais efectivo da Câmara Municipal ao cumprimento das obrigações por parte da empresa, clausulas talvez penalizadoras.-----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Narciso Patrão António que disse que foi reduzida realmente a área que a Viveimira ocupava, subentende-se que aquilo que a Viveimira teria que pagar à Câmara foi reduzido também, só que não consta aqui realmente qual é essa diferença, porque se realmente a Miraplanta vai ocupar um espaço muito menor que a Viveimira lhe cedeu, logicamente que embora assumo o seu passado não vai concertiza continuar a manter as mesmas prerrogativas e o mesmo pagamento que tinha a Viveimira.-----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que fez uma chamada de atenção ao primeiro contrato que foi feito com a Viveimira que deu no que deu, o incumprimento da empresa e que tão criticado foi, parece-lhe e pelo que ouviu, que o novo contrato vai ser basicamente o mesmo com umas ligeiras alterações de pormenor. O senhor deputado é de opinião que se está a cair no mesmo, partindo até da ideia que se tem, que algumas pessoas são as mesmas, o nome da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

empresa é que é diferente, o senhor deputado acha que se devia salvaguardar já, atempadamente o incumprimento do contrato. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal que disse que a redução da área e o novo contrato já tinham sido feitos e aprovados por esta Assembleia. O primeiro contrato já não existe. Tinha sido feito e aprovado por esta Assembleia um novo contrato em que foi proposta a redução da área e nesse contrato de redução da área com a Viveimira ficaram estipuladas as mensalidades que ficaram já de acordo com a área utilizada. Não os trezentos e cinquenta hectares que constavam do primeiro contrato mas sim cento e cinquenta hectares do segundo contrato que houve. A Miraplanta são pessoas diferentes que estão a fazer a exploração. Existe um contrato entre a Viveimira e a Miraplanta, em que a exploração efectiva está a ser feita pela Miraplanta. O contrato existente é com a Viveimira. A Viveimira já não está a fazer exploração nenhuma. Quem está a fazer a exploração é a Miraplanta. Nomeadamente na reunião em que esteve presente e que o Dr. Paulino falou, de facto são pessoas diferentes, são coisas diferentes, são sociedades diferentes. Claro que aqui é só mais uma garantia para a Câmara Municipal, mantendo praticamente o mesmo contrato que existe, é uma garantia que vamos buscar. Assim que se faça este contrato, todas as dívidas que a Viveimira tinha para com a Câmara Municipal, como o Dr. Paulino falou do Jardim Botânico mas este já tinha desaparecido com o segundo contrato, quando foi a redução da área. Aqui o que se coloca em jogo é rescindir com a Viveimira que já não é explorador directo dos terrenos e fazer um contrato com uma empresa que neste momento está a operar nos terrenos, eventualmente alugados ou com algum contrato com a Viveimira, e que é a Miraplanta. De facto dá mais garantias á Câmara Municipal fazer um contrato com a Miraplanta que está a operar e que nos dá mais garantias do que com a Viveimira que inclusivamente é capaz de ter problemas com credores, com o Tribunal, inclusivamente, a Câmara Municipal ficará sanada desses problemas. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse que tinha sido dito pelo Senhor Vice Presidente que já foi aprovado nesta Assembleia um contrato de redução da área, mantendo os mesmos termos só com actualização das rendas devidas e perguntou se lhe sabiam dizer em que ano tinha sido. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Dr. Paulino respondeu que tinha sido no ano de dois mil, tinha apontamentos que lhe diziam que a nova área era a partir de Junho de dois mil: *”a escritura de redução da área deverá ter efeitos a partir de Junho de dois mil, data na qual iniciou o pagamento da renda no valor de cento e vinte cinco mil escudos “* , portanto ele começou a pagar a partir de Junho de dois mil, quer dizer que a deliberação da Assembleia foi posteriormente a esta data, mas ele começou a pagar a partir de Junho de dois mil. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se já tinha sido aprovada na Assembleia o novo contrato ou se só tinha sido aprovado a redução da área. -----

----- O Dr. Paulino respondeu que não tinha documentação sobre isso, mas que na prática começaram logo a executar esse acordo, um acordo que foi aprovado. Efectivamente podia-se ter formalizado através de contrato mas não se chegou a fazer esse contrato. O que existe ainda é o original, embora dando cumprimento ás deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal no sentido da redução que hoje é um facto e para todos os efeitos ela existe, e eles comprometeram-se e a Câmara tem estado a cobrar em função de dar execução a essas deliberações. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Juan António Figueiredo Apolinário que referiu a questão de ser ou não a mesma entidade, serem compostas as entidades jurídicas distintas, serem compostas de maneira diferente. A Câmara deve ter nos seus papéis uma certidão comercial da referida entidades e daí desvanecia-se qualquer tipo de dúvida, porque com uma certidão comercial actualizada diz quem são os componentes de uma sociedade e quem são os da S.A. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que esclareceu que o contrato novo que se vai elaborar com a Miraplanta devia salvaguardar uma certa posição, para esta Miraplanta não vir a cair no incumprimento que caiu a Viveimira. É evidente que terá que ser actualizado. A área é diferente, a renda é diferente, mas existe determinados pontos que a Câmara devia salvaguardar. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Vice Presidente que disse que a reformulação do contrato foi feita, nomeadamente relativamente às áreas e foi aprovada aqui nesta Assembleia, não só a diminuição das áreas como as rendas efectivas a pagar mensalmente relativa a esse área. Todo o incumprimento está



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

no contrato, com é óbvio, dado o incumprimento da empresa pode ser denunciado por uma das partes, neste caso a Câmara; a Câmara tem tentado nestes últimos anos, que de facto aquele espaço seja realmente rentabilizado e que pelo menos um mínimo dos postos de trabalho, não aquilo que se falava ou que se falou e que se tentou manter durante muito tempo, mas que pelo menos estes e alguma questão que possa eventualmente aumentar, todo o incumprimento de um contrato tem que ser salvaguardado no próprio contrato, e o incumprimento do contrato é denunciado por uma das partes, neste caso pela Câmara Municipal.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal reconheceu que o assunto não estava claro, e abriu um parêntesis na discussão com uma proposta sua de que se autorizasse a Câmara Municipal a revogar o contrato que existe com a Viveimira, com a recomendação prévia do novo contrato vir ser aprovado por esta Assembleia, e colocou esta proposta à discussão como alternativa a aprovar o que estava proposto. A ideia seria aprovarem a revogação tal e qual ela lhes é proposta. A revogação do contrato com a Viveimira, será feita com a recomendação formal de que o próximo contrato com a Miraplanta terá que vir à Assembleia Municipal para ser aprovado. Esta foi a proposta feita pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal para discussão, para saírem em parte do empasse em que se encontravam, porque reconheceu que havia alguns aspectos mal esclarecidos; disse ainda que outra solução alternativa seria solicitar à Câmara Municipal a retirada deste ponto da Ordem de Trabalhos, porque não lhe parece bem estar autorizar a realização de um contrato sem ver o contrato. Terão que ver o contrato para evitar confusões.-----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Rui Sérgio Amorim Cupido que gostava de ser esclarecido no caso de vencer a proposta do Senhor Presidente para a Assembleia, qual é o contrato que vamos autorizar a Câmara a fazer: uma revogação, o contrato da área que o Dr. Paulino referiu não ter sido feito formalmente mas que houve um acordo e o justo foi feito o contrato anterior, o inicial. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu à Câmara Municipal se por consenso se retirava este ponto da Ordem de Trabalhos, uma vez que não está claro aquilo que iam fazer, e é melhor



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

fazer as coisas direitas. Se for necessário convoca-se uma assembleia extraordinária, não querendo atrasar o processo da Câmara Municipal, mas as coisas têm que ser feitas com rigor.-----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Narciso Patrão António que disse já não ter dúvidas no que estava ali, porque efectivamente houve um contrato feito com a Viveimira, reduzindo a área e esta Assembleia aprovou-o . Uma vez que a Viveimira é detentora destas condições pode as cedê-las a outrem quando quiser e se estiver de acordo com outrem, desde que a Câmara aceite que outrem fique a representá-la. É aqui vontade expressa das duas partes aceitar realmente essas condições, tanto a Viveimira como a Miraplanta, tanto uma como outra. Uma aceita ceder à Miraplanta as suas condições e aquilo que está a explorar; a Miraplanta aceita as condições que a Viveimira lhe propõe, assume o passado e o futuro. A Viveimira tem compromissos para com a Câmara. A Câmara Municipal em vez de receber de A recebe de B com as mesmas condições visto que há aqui um acordo tácito de facto comprovado. Realmente uma aceita o compromisso da outra, aí não existem dúvidas. Os senhores deputados não tem dúvidas em votar a favor ou contra, mas se for retirado dado que não tem dúvidas que isto está correcto, que isto pode ser aprovado ou registado, conforme queiram, se for retirado o senhor deputado vota contra.-----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Deputado José Zacarias Pires Nabais que disse que a leitura que tinha feita do assunto era a seguinte: neste momento a Câmara Municipal fica com uma dupla vinculação em relação ao mesmo assunto, ou seja, tem um vínculo por força do contrato com a Viveimira e tem um vínculo tácito porque de facto já estão coisas a acontecer no terreno com a Miraplanta. O Senhor Deputado acha portanto que a ideia do Senhor Presidente da Assembleia seria a melhor. Iriam anular um para depois mais tarde podermos de facto celebrar novo contrato, para não cair em ilegalidade.

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra á Senhora Deputada Maria Adelaide Rocha Aveiro Camarinha que disse recordar-se muito bem de quando este assunto foi aprovado a primeira vez. Foi uma das coisas que foi super debatida por toda a gente e na altura foi-se acusado da maneira como se fez o contrato em relação ao tempo de ocupação, parece que era de cem anos. Depois com renovações de contratos sistemáticos, lembra-se que ouviu n pessoas, isto não tem qualquer



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

finalidade de atrasar ou de prejudicar qualquer andamento das coisas, mas que se estamos numa posição de correcção, e se bem se lembra que isto foi super debatido, lembra-se de haver confrontos e de ela própria reflectir sobre isto e de achar que a Câmara fez uma coisa que, mesmo que amanhã apareça uma oportunidade de viabilizar o terreno numa outra situação não tem hipótese porque nunca mais se desvincula destes tipo de contrato. Portanto estamos na altura de repensar algumas coisas que de facto estão feitas com a Viveimira, mas que agora com uma nova empresa deveriam ser repensadas, sem ter a preocupação de estar a complicar nada. É do que se lembra que isto foi bastante debatido e muito discutido por quase todas as pessoas na altura.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra á Senhora Deputada Maria Arminda Santos Cosme Calisto Pimentel que disse não se lembrar se no primeiro contrato que foi feito a Viveimira poderá arrendar ou negociar com outra, disse não saber se isso consta do contrato. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Senhor Deputado Eugénio dos Santos Leigo que disse que a noção que tinham estado a falar em relação á Viveimira e á Miraplanta, e pelo que tinha ouvido, o Senhor Deputado dava razão ao Senhor Presidente da Assembleia porque na realidade pode haver qualquer coisa em termos de futuro e a Assembleia poderá ser responsável. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que este era um assunto delicado, e sobre a observação feita pelo Senhor Deputado Narciso Patrão António disse estar inteiramente de acordo apenas com uma coisa. Todos nós sabemos que isso foi assim, mas existe aqui uma questão que foi levantada e á qual enquanto Presidente é sensível. É que quando dizemos, não ter dúvidas e o senhor deputado disse não tem dúvidas na sua opinião, mas apesar disso ia colocar o assunto á Assembleia Municipal, mas não tem dúvida que a Assembleia Municipal só deverá aprovar o contrato desde que tenha a minuta do contrato. A segunda questão tem a ver com a deliberação de revogar o contrato. É que o segundo contrato, com a redução de área, não chegou a ser feito, ou seja, não existe este segundo contrato com a Viveimira de revogação da área, foi um contrato que não chegou a ser formalizado, ou seja, válido. Existe um contrato original com uma deliberação de redução de área aceite por eles. Portanto é necessário que do ponto de vista jurídico se acautele esta questão, de sabermos, mesmo em termos de Câmara Municipal o



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que é que estamos a revogar. Se é o contrato mais a redução de área. É necessário estudar esse assunto pois não lhe parece que esteja claro. E continuou referindo que foi por isso que entendeu, apesar na cabeça das pessoas, eventualmente, as ideias estarem arrumadas não lhe parece que seja claro que contrato é que vamos revogar, uma vez que não foi feito este segundo contrato de redução da área. Parece-lhe que será difícil afirmar que contrato é que estamos a retirar e pensa que o mais sensato nesta altura continua a ser a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos, mas se houver alguma questão relacionada com o tempo, o Senhor Presidente diz que em dez dias se convoca uma reunião extraordinária. O Senhor Presidente disse que não iria colocar mais à discussão este tema se a Câmara Municipal concordasse, iria propor à Assembleia a retirada deste ponto. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Fernandes Balugas que disse que se a Câmara Municipal tem um contrato com a Viveimira, todos concordaram com esse contrato, é o que está em vigor é o que está estipulado, a única coisa que está aqui posta á discussão é nós esquecermo-nos completamente desse contrato com a Viveimira que vai passar inteiramente tal como nós aprovamos aqui, para a Miraplanta. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou ao Senhor Deputado José Manuel Fernandes Balugas que existem alterações no contrato que não estão escritas no papel, disse que não é exactamente o mesmo; se fosse o mesmo era uma coisa, mas tinha sido dito pelo Dr. Paulino que não era exactamente o mesmo contrato, é um contrato que tem alterações. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que ia colocar á aprovação da Assembleia para formalizar, e não ficar apenas como uma decisão da Câmara Municipal ou sua, propôs á Assembleia, por dúvidas e insuficiências na apresentação, a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal. O ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos com uma abstenção do Senhor Deputado Narciso Patrão António sem declaração de voto. --

----- Antes de encerrar o ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que em relação á Câmara Municipal, logo que tenham este assunto clarificado, a Assembleia Municipal na sua pessoa compromete-se a convocar uma Assembleia extraordinária para discutir este assunto para que não haja dúvidas. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Ponto n.º 9 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE MIRA À ROTA DE TURISMO DA BAIRRADA E GÂNDARA: -----

----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente para explicar, tendo em conta o documento distribuído aos senhores deputados e que tiveram oportunidade de ver, nomeadamente até o próprio enquadramento do projecto num programa operacional de economia segundo a Portaria 680/A/2000 de 29 de Agosto, quais os objectivos que se propõe no fundo esta Associação Rota do Turismo da Bairrada e Gândara, levar a cabo. Depois de referir alguns objectivos no âmbito da Bairrada frisou um deles que a Mira dizia muito mais: aumentar o contributo do turismo para a criação de riqueza no espaço sócio-económico considerado e bem assim divulgar o património artístico, cultural, natural, arquitectónico e gastronómico da Região. É obvio que esta Portaria contempla o regulamento geral para as parcerias e iniciativas públicas e apoio a projectos nestas candidaturas e é uma forma de o Município estar integrado numa região mais vasta que compreenda não só a Gândara mas também a Bairrada. É a partir daí a proposta de adesão à Rota de Turismo da Bairrada e da Gândara. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de discussão e deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Sérgio Amorim Cupido que gostaria de saber se algumas das despesas que são contempladas em despesas elegíveis do art.º 14 para este projecto: estudos, pesquisa e trabalhos de campo no âmbito da prospecção dos produtos e actividades a desenvolver, perguntou se a Câmara ao estar integrada na Rota de Turismo da Bairrada e Gândara tem previsto a elaboração de um plano estratégico ou de um estudo de mercado com vista a definir precisamente, na área do turismo, aquilo que se quer para o concelho ou seja a definir, em termos futuros, as áreas onde irá ter maior desenvolvimento, onde irá apostar. -----

----- Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente que disse que era evidente que ao entrar nesta Associação e tendo esta associação depois recursos para fazer estas candidaturas, é evidente que com elementos que a própria Câmara poderá fazer são ilegíveis como está aqui, o que quer dizer que se podem candidatar de facto a estudos mais profundos sobre a região e sobre aquilo que se pretender. Como o senhor deputado já tinha reparado,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

nesta Associação existem vários parceiros nomeadamente as Universidades que poderão dar um contributo bastante razoável para que se possam fazer de facto esses estudos com muito mais realismo com muito mais firmeza para o que queremos deste concelho. -----

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo sido aprovado por unanimidade, e deu por encerrado presente ponto. -----

----- Ponto n.º 10 – GEMINAÇÃO DA VILA DE MIRA COM A CIDADE FRANCESA DE LAGNY SUR-MARNE: -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Vice Presidente para apresentar o assunto. O senhor Vice Presidente disse que como é do conhecimento geral têm vindo a ser desenvolvidos vários contactos com esta cidade francesa nos arredores de Paris, nomeadamente como o Senhor Presidente da Assembleia falou, esteve cá a Vice Presidente da Câmara de Lagny Sur-Marne nas comemorações do 25 de Abril e não só para isso mas também para conversar sobre alguns pormenores relativamente a esta geminação. Isto já vem sendo desenvolvido, inclusivamente foi no ano passado aprovado pelo executivo um protocolo de acordo e cooperação e agora é para formalizar de facto a geminação entre a Vila de Mira e a cidade francesa de Lagny Sur-Marne. -----

----- Não havendo discussão sobre este assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou á votação o presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, e deu por encerrado o presente ponto. -----

----- Ponto n.º 11 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS EM USO NO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DE MIRA – ADITAMENTO: -----

----- Usou da palavra o Senhor Vice Presidente começando por referir que não é nenhuma alteração de fundo. Verificando aquilo que se tem passado principalmente no último ano, mas que já vinha também a acontecer há alguns anos atrás, é a ocupação por parte dos utentes do Parque de Campismo que está em causa. Estes além da tenda normal, utilizam aquilo que se chama vulgarmente tendas turcas. Verificando isso e conversando com o funcionário do Parque chegámos à conclusão que realmente há uma ocupação



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

exagerada além da tenda propriamente dita. Consultou também algumas tabelas de preços de outros Parques de Campismo nomeadamente o Orbitur, onde aparece de facto este toldo/esplanada em que os utentes têm que pagar também por esta área que estão a utilizar. É esta a única alteração das taxas do parque de campismo, mantendo-se todas as taxas que estavam. É de facto a este toldo/esplanada que se propõe uma taxa de quatrocentos escudos, pensando ser um preço razoável, para que os utentes ou não ocupem demasiado espaço ou então se o ocupam tenham que o pagar. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de discussão, e deu a palavra ao Senhor Deputado Narciso Patrão António que disse que faltava uma coluna onde indicaria realmente aquilo que estava e aquilo que se pretende. -----

----- O Senhor Presidente disse que a única alteração era o que estava a cores que dizia Toldo/Esplanada –quatrocentos escudos.-----

----- E, não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, e passou à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, e deu por encerrado o presente ponto. -----

----- **Ponto n.º12 – ATRIBUIÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL A FUNCIONÁRIO DA AUTARQUIA:**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente que explicou que como está escrito na deliberação da Câmara Municipal *“considerando que o actual Quadro de Pessoal da Câmara não possuindo, embora, a categoria de Coordenador é de elementar justiça reconhecer, em termos de promoção, atribuir ao funcionário Sr. Valdemar Almeida, o escalão correspondente àquela categoria existente na Função Pública, na carreira de Técnico Profissional, onde, aliás, se enquadram as funções que actualmente desempenha;”* de facto são muitos anos que este funcionário deu à Autarquia que tem desempenhado com afino e dedicação e portanto daí a proposta da Câmara à atribuição do Mérito Excepcional. -----

----- De seguida tomou a palavra o senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que reconheceu e congratulou-se com a postura que teve ao longo da sua carreira profissional o Sr. Valdemar. Ele



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

demonstrou todos esses adjectivos que já aqui foram ditos, o elevado profissionalismo, competência, sentido de responsabilidade, pautou a sua actuação profissional também pela honestidade pela excepcional lealdade e pela dedicação. Tudo isto é um dado adquirido e toda a gente está de acordo com isto. Mas o que está aqui em discussão não são as qualidades humanas do funcionário, não são as qualidades profissionais, mas um acto administrativo, acto administrativo que depois lhe vai dar á frente mais algumas benesses. Para que isto possa ser discutido e para que todos possam ter alguma noção disto, era preciso ter acesso a alguma legislação, que não foi fornecida até porque dizer que isto se baseia nos termos do n.º 1, 3, 4 do Art.º , nós não sabemos o que é que diz o art.º. Era bom que fosse fornecido a toda a gente a legislação que está por detrás disto. Assim é necessário uma cópia do Dec-Lei 184/89, Lei 27/98, Dec-Lei 30C/92 , Dec-Lei 353 A /89, Dec-Lei 404/98, Dec-Lei 412/98, tudo isto para permitir às pessoas ter alguma noção do que é que estão a autorizar, porque a atribuição do Mérito Excepcional deve especificar exactamente os efeitos que vai produzir na carreira. Assim, segundo diz o Dec-Lei -----,alínea a) Redução do tempo de serviço para efeito de promoção ou progressão, diz o senhor deputado que parece que não é o caso; alínea b) Promoção na respectiva carreira independentemente do concurso, depois de ter lido a proposta escrita pela Câmara Municipal, vê que esta aborda a alínea b), agora sendo o que está em causa a alínea b) e para que se efective esta promoção ao abrigo desta alínea terá que existir vaga no Quadro de Pessoal, conforme diz o art.º 16 do Dec-Lei 353 A/ 89. Não havendo Quadro com esta categoria de Coordenador, não existe vaga. Relativamente ao posicionamento no escalão 4 do índice 450, o Dec-Lei 412/98 mostra que ele não pode ser colocado neste índice 450, porque o Dec-Lei diz que ele tem que ser colocado no escalão 1 do lugar de coordenador, e este escalão 1 tem o índice 360. Portanto ele vai ser colocado no índice seguinte do primeiro escalão, e portanto não pode ir para ali. Quanto à hipótese de criação do lugar de coordenador também não pode, porque diz aqui que ele coordenou e coordena dezassete funcionários. Para que houvesse o lugar de coordenador ele tinha que coordenar dezassete funcionários da mesma área. Tinham que ser dezassete funcionários Técnicos - Profissionais Especialistas Principal, e ele não tem todos estes dezassetes elementos à volta dele. O senhor deputado referiu ainda que não sabe porque é que ele terá que ser coordenador, uma vez que não



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

atinge isto. Assim não vemos aqui situação legal para que se possa fazer uma coisa destas. O senhor deputado sugeriu que não se fizesse isto, porque por muitas virtudes que este senhor Valdemar tenha e de facto tem, este acto administrativo não é legal, não havendo suporte legal. Nós não concordamos com esta atribuição. Aqui há outra questão que se coloca: porque uma coisa é a atribuição do Mérito Excepcional e outra coisa é o acto administrativo que lhe está subjacente. O mérito excepcional, nós concordamos com ele. Agora o acto administrativo é que não há suporte legal e nós não concordamos com isto. Portanto acha que se devia ter aqui alguma atenção, não podemos alinhar por isto. Quem votar a favor disto politicamente é responsabilizado por esse acto.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que ia pôr um pouco de ordem na discussão. Disse que a Assembleia não tinha nenhuma competência no ponto de vista administrativo, e que nem valia a pena estar a colocar a questão nesses termos. Não é por isso ser aprovado que nós vamos promover o Senhor Valdemar Almeida. Aquilo que nos é colocado aqui, e é as competências desta Assembleia, não é se ele vai para o escalão não sei quê. Estamos aqui a falar da aprovação do Mérito Excepcional ao funcionário Senhor Valdemar Almeida. É nestes termos que nos é feita a proposta da Câmara e que consta na convocatória. É a atribuição de mérito excepcional. O que a Câmara Municipal faz no seguimento dessa atribuição escapa completamente ao controlo e às competências desta Assembleia. Esse é o entendimento que tenho, mas depois se ouvirá o Senhor Vice Presidente e eventualmente o Dr.º Paulino.-----

----- Seguidamente tomou a palavra novamente o senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que disse que aquilo que vinha no documento que foi distribuído a todos, diz lá que a atribuição de mérito excepcional consubstanciado na promoção na respectiva carreira, quer queira ou não queira, está ao votar a favor a pactuar com o que está aqui escrito, porque se quiserem atribuir um mérito excepcional ao Senhor Valdemar Almeida tudo bem, o senhor deputado disse estar de acordo com isso. Agora o acto administrativo da Câmara nem sequer devia ter vindo à Assembleia à discussão, não devia estar aqui escrito.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia disse ao Senhor Vice Presidente que gostaria de interpelar o Dr.º Paulino sobre esta questão; perguntou ao Dr.º Paulino enquanto Chefe de Divisão Administrativa da Câmara Municipal e Advogado qual é a recomendação que faz a esta Assembleia em relação a isto. A aprovação faz parte das competências da Assembleia é a aprovação do Mérito Excepcional do funcionário da autarquia, o que isso lhe irá permitir fazer com esta atribuição não é competência desta Assembleia isto é assim ou não? -----

----- Seguidamente o Dr.º Paulino respondeu que efectivamente nesse aspecto estava correcto. Portanto a legalidade do acto em si está pressuposta no que ali está e portanto a Assembleia decide quanto ao Mérito Excepcional e não tem que estar a cuidar dessa matéria. Os problemas que foram levantados pelo Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro e partindo do principio que de facto existe o mérito excepcional e que há a bondade para o atribuir neste aspecto põem-se duas questões: uma é a questão que foi posta se estamos perante uma promoção ou se há a questão da redução do tempo e quanto a isto, o que se pretendeu é de facto a redução do tempo. Reconhecendo embora que o facto de não haver na Câmara o lugar de coordenador e ele tendo esse mérito, deve ser atribuído em função desse mérito o escalão que correspondia se existisse no Quadro da Câmara o lugar de coordenador e o escalão que aqui é proposto. De facto não é uma promoção é uma atribuição de um escalão que existe na função pública. Para melhor nos situarmos é um escalão que de facto é o último escalão da função pública no lugar de coordenador. Parece-me que não está aqui de facto a promoção. Está a atribuição do mérito excepcional mas relativamente a esta questão é a redução do tempo para que ele possa beneficiar desse escalão que no caso proposto é o quatrocentos e cinquenta e que existe na função pública. A questão da legalidade está a ser-lhe posta agora. Não lhe parece que haja aqui ilegalidade embora os argumentos que utilizou sejam plausíveis ou se lhe possam colocar e se possa repensar. Mas para ele, francamente, que o que aqui está em causa, se se reconhecer o mérito excepcional e não havendo como, aquilo que se quer é premiar, digamos, o mérito deste funcionário, que se lhe atribua pelas funções que ao fim e ao cabo exerce no Quadro da Câmara, que se lhe atribua um escalão que corresponda exactamente ao conteúdo que exerce e ao termo da carreira que é onde ele está neste momento. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- De seguida o Senhor Presidenta da Assembleia pediu para que isto ficasse claro, a explicação foi dada mas sobre estas questões de direito administrativo e progressões na função pública, 99% da Assembleia estarão a navegar. Nem com as leis todas, só se tirar um curso qualquer, se calhar, conseguia alguma coisa. Que aquilo que interpreta, aquilo que está em jogo, é a atribuição de Mérito Excepcional ao funcionário da Autarquia. Por fim frisou que isto ficasse claro. -----

----- De seguida tomou a palavra o Senhor Deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que disse que não podia de maneira nenhuma aceitar a versão do Dr.º Paulino porque o que está aqui escrito, vem lá taxativamente:” consubstanciado na promoção na respectiva carreira independentemente de concurso “, não é como ele disse agora redução do tempo de serviço para efeitos de promoção ou progressão ou é uma coisa que está escrita ou é uma coisa que ele disse agora. Depois se os meus argumentos são plausíveis não percebo como é que não há ilegalidade. Agora eu volto a afirmar: não está em causa a atribuição do Mérito Excepcional ao funcionário se partirmos para aí. Se dissermos vamos atribuir um mérito excepcional ao funcionário, tudo bem, nós concordamos plenamente. Agora com isto aqui exactamente escrito que eu tenho algumas certezas que isto é uma ilegalidade e até por outra questão que o Senhor Dr.º Paulino, já agora perguntava-lhe se tem algum parecer jurídico sobre isto que lhe permita afirmar taxativamente que não há ilegalidade. Em conclusão, referiu: se tirarem daqui o acto administrativo e se formos para atribuição tudo bem. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que deveria constar na acta que não se poderia sequer entrar nessa discussão porque não é da competência da Assembleia. Não tem que estar aqui a mandar palpites sobre os escalões. Isto é competência do executivo. A Assembleia não tem nada a ver com isso. Disse terem que ressaltar a sua posição, por isso a sua função e a sua votação incidia sobre o reconhecimento de acordo com a proposta, o reconhecimento do mérito excepcional do funcionário e vamos votar sobre isso. As consequências desse acto serão tomadas do ponto de vista administrativo pela Câmara Municipal que irá ver, alertada que foi das ilegalidades ou não, irá ver para que é essa função. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal só queria ter uma certeza e perguntou ao Dr.º Paulino se o poderiam fazer nestes termos, atribuição de mérito excepcional, é possível ou não é possível?-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Seguidamente tomou a palavra o Dr.º Paulino que disse que era possível ser assim, que o mérito excepcional é da competência da Assembleia. A lei efectivamente faz uma distinção, como refere o senhor deputado quanto à possibilidade de conceder esta benesse, este instrumento que existe, mas de facto está sempre na disponibilidade da Assembleia Municipal fazê-lo. É a Assembleia quem aprova o Quadro, inclusivamente nesta última revisão que foi feita, podia constar o lugar de coordenador e a Câmara tinha aprovado, mas a lei de facto, neste momento, dado que não consta o lugar de coordenador... De facto aqui põe-se a questão do processo administrativo, a questão administrativa da legalidade deste acto.-----

----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que ia fazer uma pergunta em bom português, clara. Perguntou ao Dr.º Paulino se era legal a Assembleia aprovar a atribuição de mérito excepcional ao funcionário sem mais nada. Se o Dr.º Paulino não pudesse responder a isto o Senhor Presidente disse que teria que retirar este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Seguidamente o Dr.º Paulino respondeu que na questão dos poderes e da competência está, mas como estava com dúvidas quanto à questão que aqui foi levantada, disse não saber para dizer de imediato se a Assembleia devia votar o acto, porque o acto subjacente pode não estar limpo.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia após a resposta do D.º Paulino decidiu retirar o ponto da ordem de trabalhos, por dúvidas da sua competência neste ponto. Se por acaso isto envolver alguns problemas para a Câmara ou para o funcionário em questão cujo mérito não é posto em causa, novamente numa Assembleia Extraordinária se fará, com a maior brevidade possível; disse que com a resposta dada não havia necessidade de colocar à votação e considera que não tem condições para este assunto ser votado e deste modo é retirado da ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto n.º 13 – RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO COM A ASSOCIAÇÃO SÓCIO-CULTURAL DA VALEIRINHA PARA UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS:**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice Presidente que disse que como era do conhecimento dos Senhores Deputados, o próprio Regulamento de utilização, não só



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

das carrinhas mas também do próprio pavilhão, prevê que realmente todos os pedidos sejam feitos até Março, e na altura houve esta alteração, nomeadamente o número de reuniões da Assembleia Municipal. Mas até agora a única Associação que cumpriu enfim o Regulamento e que está em condições de fazer a aprovação por parte da Assembleia é Associação sócio-cultural da Valeirinha que o executivo considera que devem manter as mesmas condições. É de facto uma associação que tem trabalhado em prol do atletismo no concelho e por isso propõe a aprovação da isenção de taxas na utilização tanto das carrinhas como do Pavilhão Municipal de Desportos. -----

----- E, não havendo discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou á votação do referido ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Ponto n.º14 – VENDA DOS LOTES DE TERRENO DO PLANO DE PORMENOR DO SECTOR POENTE DE CARROMEU: -----

----- De acordo com a decisão tomada no início desta reunião de incluir o presente tema para além da Ordem de Trabalhos, passou-se á discussão do mesmo. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou desculpas por não ter distribuído o documento referente à deliberação do executivo para autorização de Venda dos Lotes de Terreno do Plano de Pormenor do Sector Poente de Carromeu . Após a distribuição do mesmo, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia explicou que o referido documento era idêntico ao que foi feito para a venda dos lotes do Polo II da Zona Industrial. Em seguida deu a palavra ao Senhor Vice Presidente para esclarecer o assunto. O Senhor Vice Presidente tomou a palavra, esclareceu e explicou que o documento se destinava à formalização da deliberação da Assembleia Municipal sobre a venda de lotes de terreno do plano de pormenor do sector poente de Carromeu para cumprimento das exigências legais junto da Conservatória do Registo Predial; disse ainda que para além da aprovação do Regulamento de Venda, era também necessário a aprovação da venda do terreno. Explicou que o que o executivo estava a solicitar à Assembleia Municipal era a aprovação da venda dos terrenos. -----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de discussão, e tomou a palavra o senhor deputado Luís Carlos Domingues Balseiro que disse que fez parte da Comissão de Análise destas



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

candidaturas e perguntou ao Senhor Vice Presidente que também fez parte dessa mesma Comissão, se o referido processo estava encerrado; em resposta ao senhor deputado o senhor Vice Presidente respondeu que o processo ainda não estava fechado porque ainda não tinha ido ao executivo, mas em relação aos dois pontos que tinham ficado suspensos os mesmos se encontravam concluídos. -----

----- E, não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado o período de discussão do presente ponto, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, considerando-se aprovada a Autorização de Venda dos Lotes de Terreno do Plano de Pormenor do Sector Poente de Carromeu. -----

----- Como ponto final o Senhor Presidente solicitou á Assembleia Municipal a autorização para assinar em minuta a acta desta Assembleia, após votação considerou-se a mesa autorizada a assinar a minuta da acta. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da mesma. -----

